



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE  
NÚCLEO DE GESTÃO  
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

ERIC JOHNSON OLIVEIRA FREIRE

**A TECNOLOGIA DIGITAL COMO ALIADA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA:  
ESTUDO DOS IMPACTOS DA ERA DIGITAL NA VIDA FINANCEIRA DE JOVENS  
E ADULTOS**

Caruaru

2025

ERIC JOHNSON OLIVEIRA FREIRE

**A TECNOLOGIA DIGITAL COMO ALIADA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA:  
ESTUDO DOS IMPACTOS DA ERA DIGITAL NA VIDA FINANCEIRA DE JOVENS  
E ADULTOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Coordenação do Curso de Administração do  
Campus Agreste da Universidade Federal de  
Pernambuco – UFPE, na modalidade de  
monografia, como requisito parcial para a  
obtenção do grau de bacharel em Administração

Área de concentração: Administração Financeira

**Orientadora:** Prof<sup>o</sup>. Dr. Isabella Leitão Neves Frota

Caruaru

2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

FREIRE, Eric Johnson Oliveira.

A Tecnologia Digital Como Aliada Da Educação Financeira: Estudo Dos Impactos Da Era Digital Na Vida Financeira De Jovens E Adultos. / ERIC JOHNSON OLIVEIRA FREIRE. - Caruaru, 2025.

60

Orientador(a): ISABELLA LEITÃO NEVES FROTA

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste, Administração, 2025.

Inclui referências.

1. Educação financeira. 2. Tecnologia digital. 3. Saúde financeira. 4. Infoxicação, . 5. Letramento digital. I. FROTA, ISABELLA LEITÃO NEVES. (Orientação). II. Título.

650 CDD (22.ed.)

ERIC JOHNSON OLIVEIRA FREIRE

**A TECNOLOGIA DIGITAL COMO ALIADA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA:  
ESTUDO DOS IMPACTOS DA ERA DIGITAL NA VIDA FINANCEIRA DE JOVENS  
E ADULTOS.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Coordenação do Curso de Administração do Campus  
Agreste da Universidade Federal de Pernambuco –  
UFPE, na modalidade de monografia, como requisito  
parcial para a obtenção do grau de bacharel em  
Administração

Aprovada em: \_\_\_\_ 01 / \_\_\_\_ 08 / \_\_\_\_ 2025.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Isabella Leitão Neves Frota (Orientador)  
Universidade Federal de Pernambuco - Centro Acadêmico do Agreste - CAA

---

Prof<sup>o</sup>. Me. Antônio César Cardim Britto (Examinador Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco - Centro Acadêmico do Agreste - CAA

---

Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Nelson da Cruz Monteiro Fernandes (Examinadora Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco

Dedico este trabalho à minha noiva, Samantha, minha companheira de vida e de jornada acadêmica. Obrigado por não me deixar desistir, por estudar ao meu lado, me incentivar nos momentos mais difíceis e por ser apoio constante em cada etapa. Esta conquista é também sua, da parceria e da força que dividimos ao longo do caminho. Faço uma menção honrosa ao Campus Agreste, onde nos conhecemos e crescemos juntos. Esse espaço, fruto da interiorização da educação pública, representa mais do que formação acadêmica: representa oportunidade, transformação e esperança. Minha trajetória, e nosso encontro, só foram possíveis porque a educação chegou onde estávamos.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, por iluminar meus caminhos e me fortalecer em cada passo desta jornada. Foi em Sua presença que encontrei refúgio nas incertezas, serenidade nas dificuldades e esperança nos momentos mais desafiadores. A Ele, toda a minha fé, minha gratidão e minha confiança.

À minha mãe que também fez papel de pai, Josinalva, o meu alicerce mais firme. Seu amor, sua dedicação e seu exemplo de luta foram o impulso que me guiou até aqui. Obrigado por ser presença constante, mesmo quando a distância ou o cansaço tentavam me derrubar.

À minha avó Therezinha, que com seu coração generoso e suas palavras sempre cheias de sabedoria, me ensinou que os sonhos podem ser simples, mas não menos grandiosos. Obrigado por suas orações e por todo amor que me acolheu nos dias difíceis.

À professora Isabella Frota, minha orientadora, expressei minha profunda gratidão. Obrigado por me acolher com tanto cuidado, pela escuta atenta, pelas orientações generosas e pela dedicação em cada detalhe deste trabalho. Sua presença foi mais do que acadêmica, foi humana, sensível e essencial para que eu me sentisse confiante e motivado. Sua orientação não foi apenas técnica, mas também afetuosa, e isso fez toda a diferença.

À minha noiva, Samantha, minha companheira de vida, que caminhou ao meu lado com doçura, paciência e amor incondicional. Você foi meu porto seguro nas tempestades e minha inspiração constante. Cada conquista minha carrega um pouco de você, porque sem sua força, apoio e fé em mim, este trabalho talvez não existisse. Este TCC é também teu, porque foi escrito com o apoio silencioso das tuas mãos e a firmeza do teu coração.

Agradeço, ainda, à minha jornada profissional no setor bancário, que foi mais do que uma ocupação: foi inspiração. No contato diário com o público, vi nascer a vontade de estudar a Educação Financeira. Ouvir histórias reais, observar as dificuldades e vitórias de tantas pessoas, me despertou para a importância do conhecimento como ferramenta de transformação. Este trabalho é fruto também dessa vivência, que tanto me ensinou e me provocou a pensar além das estatísticas.

A todos que, de alguma forma, caminharam comigo, minha mais sincera gratidão. Cada gesto, palavra e presença foram luz no caminho. Este TCC é a soma de muitas mãos, muitos corações e muitas bênçãos.

## RESUMO

Este estudo analisa como a tecnologia digital pode atuar como aliada na promoção da educação financeira, especialmente entre jovens e adultos, à luz das transformações da era digital. Com abordagem quantitativa, descritiva e documental, a pesquisa fundamenta-se em dados secundários obtidos de fontes oficiais como IBGE, Banco Central, CNDL e SPC Brasil, visando compreender a relação entre o uso de tecnologias financeiras e indicadores de saúde financeira. Os resultados indicam que, embora a digitalização tenha ampliado o acesso a ferramentas de controle financeiro e conteúdo educativo, ainda persistem desafios como a infociação, os riscos de fraude digital e a exclusão tecnológica, sobretudo entre adultos com baixa escolaridade. Verificou-se que a apropriação tecnológica varia entre gerações, sendo mais fluida entre jovens, mas nem sempre acompanhada de letramento financeiro. Conclui-se que a tecnologia, quando mediada por estratégias educacionais críticas e inclusivas, pode potencializar a autonomia financeira e contribuir para a redução das desigualdades sociais.

**Palavras-chave:** Educação financeira; tecnologia digital; saúde financeira; infociação; letramento digital.

## ABSTRACT

This study analyzes how digital technology can serve as an ally in promoting financial education, especially among young and adult populations, in the context of digital era transformations. Using a quantitative, descriptive, and documentary approach, the research is based on secondary data from official sources such as IBGE, the Central Bank of Brazil, CNDL, and SPC Brasil, aiming to understand the relationship between the use of digital financial technologies and indicators of financial well-being. The findings indicate that although digitalization has expanded access to financial management tools and educational content, challenges such as information overload, digital fraud risks, and technological exclusion persist, particularly among adults with lower levels of education. It was observed that technological appropriation varies across generations, being more fluid among younger individuals, but not always accompanied by financial literacy. It is concluded that technology, when mediated by critical and inclusive educational strategies, can enhance financial autonomy and contribute to reducing social inequalities.

**Keywords:** Financial education; digital technology; financial well-being; information overload; digital literacy.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
1.1	Problema De Pesquisa.....	12
1.2	Objetivo Geral.....	12
1.3	Objetivos Específicos.....	12
1.4	Justificativas.....	12
1.5	Estrutura da Pesquisa.....	15
<b>2</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>17</b>
2.1	Educação financeira: fundamentos, comportamento e prática.....	17
2.2	A transformação digital e seus desdobramentos na aprendizagem financeira.....	21
2.3	Jovens e adultos: dimensões geracionais e apropriações distintas da tecnologia e da educação financeira.....	23
<b>3</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>27</b>
3.1	Abordagem metodológica.....	27
3.2	Natureza e abordagem metodológica.....	27
3.3	Fontes de dados e critérios de seleção.....	28
3.4	Procedimentos de análise dos dados.....	29
3.5	Limitações metodológicas.....	29
3.6	Justificativa da Escolha Metodologia.....	30
<b>4</b>	<b>ANÁLISE DE RESULTADOS DA PESQUISA.....</b>	<b>31</b>
4.1	Panorama de adoção de tecnologias digitais financeiras.....	32
4.2	A usabilidade de tecnologias digitais por jovens e adultos.....	36
4.3	ADOÇÃO TECNOLÓGICA VS. INDICADORES DE SAÚDE FINANCEIRA.....	40
4.3.1	Inadimplência e Uso de Tecnologia.....	40
4.3.2	Infoxicação: o excesso de informação digital e a tomada de decisão financeira.....	43
4.3.3	Riscos de fraude e a vulnerabilidade digital.....	44
4.3.4	Evolução de indicador da saúde financeira no Brasil à luz da digitalização	45
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>49</b>
<b>5.1</b>	<b>Sugestões De Pesquisas Futuras.....</b>	
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>52</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O cenário da educação financeira no Brasil revela um histórico de invisibilidade institucional. Por muito tempo, questões relacionadas ao uso consciente do dinheiro foram tratadas como responsabilidade exclusiva do indivíduo, desconsiderando a função social da educação para o desenvolvimento econômico sustentável. A baixa literacia financeira compromete significativamente a capacidade dos indivíduos de tomar decisões informadas ao longo da vida, afetando desde o consumo até o planejamento para a aposentadoria, lembrando que a literacia financeira pode ser definida como o "conjunto de conhecimentos que capacitam o indivíduo a tomar decisões bem-informadas e eficazes sobre recursos financeiros" (LUSARDI; MITCHELL, 2011, p. 6)

Entretanto, nas últimas duas décadas, observamos um movimento de crescente valorização da educação financeira como instrumento estratégico de promoção da cidadania econômica. Iniciativas como a inserção do tema na Base Nacional Comum Curricular (MEC, 2022) revelam uma mudança de paradigma que, embora tardia, se mostra imprescindível. Como destacam Santos e Almeida (2015), a educação financeira constitui um campo interdisciplinar que exige articulação entre saberes econômicos, comportamentais e educacionais, um desafio complexo para sistemas educacionais historicamente fragmentados. Ainda que os avanços recentes sejam louváveis, os dados do IBGE (2021) demonstram que o déficit de formação financeira da população adulta brasileira permanece elevado. Essa lacuna, ao não ser suprida por políticas compensatórias, perpetua a vulnerabilidade de milhões de indivíduos frente às decisões cotidianas de consumo, poupança e investimento, afetando diretamente a estabilidade econômica das famílias e, por extensão, do país.

A ascensão da sociedade digital no Brasil, embora desigual em sua penetração territorial e demográfica, modificou profundamente a maneira como os indivíduos acessam e processam a informação. A educação, em particular, passou por uma reconfiguração estrutural e a educação financeira não escapou a esse movimento. As plataformas digitais, os aplicativos de controle de gastos e os canais de conteúdo financeiro nas redes sociais tornaram-se instrumentos relevantes na difusão do conhecimento financeiro. Essa nova ecologia informacional apresenta, contudo, uma dualidade: ao mesmo tempo em que democratiza o acesso, ela também exige habilidades cognitivas e tecnológicas que nem todos os brasileiros possuem. Como alerta Castells (2013), a sociedade em rede redefine as relações sociais e econômicas, mas também aprofunda os abismos entre os

incluídos e os excluídos digitais.

A FGV (2018) alerta que "quase dois terços da população são analfabetos em finanças", destacando que um treinamento contínuo, voltado mais para mudanças comportamentais do que para o ensino de conceitos, pode ajudar a superar esse problema e promover maior autonomia financeira. Nesse sentido, o uso das tecnologias digitais no campo financeiro deve ser compreendido como parte de uma estratégia educacional mais ampla, que integre os princípios da educação libertadora defendida por Freire (1996): uma educação que emancipa, e não apenas informa. Na contemporaneidade, o domínio das finanças pessoais tornou-se um requisito para a autonomia individual e para a estabilidade coletiva. Em um contexto de reestruturação do mercado de trabalho, inflação recorrente e alta volatilidade econômica, a capacidade de planejar, decidir e agir financeiramente com racionalidade se transforma em ativo social estratégico.

O desenvolvimento da autonomia financeira está profundamente ligado à construção de subjetividades críticas e empoderadas, sobretudo no contexto da educação de jovens e adultos, público historicamente excluído de processos formativos plenos. Como aponta Scherer (2018), tal autonomia não se limita ao domínio de práticas de poupança, mas envolve a compreensão crítica do papel do dinheiro nas dinâmicas sociais, nas escolhas individuais e na projeção de futuros possíveis. Para jovens e adultos, especialmente aqueles provenientes de contextos de vulnerabilidade social, a educação financeira adquire uma dimensão emancipadora, pois proporciona instrumentos para a tomada de decisões conscientes diante das exigências do mundo contemporâneo.

A realidade da inadimplência no Brasil ilustra essa necessidade: segundo dados da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL, 2024), mais de 67 milhões de brasileiros enfrentam algum grau de comprometimento financeiro, revelando não apenas uma crise de renda, mas também uma lacuna formativa no que tange ao preparo da população para lidar com os desafios da vida financeira. Domingos (2018) ressalta que o conhecimento financeiro não pode ser reduzido à técnica de administrar planilhas, pois se trata de um processo educativo integral que implica valores, comportamento e visão de longo prazo. Nesse mesmo sentido, Freire (1996) defende que a educação deve ser prática de liberdade, permitindo ao sujeito compreender criticamente sua realidade e agir sobre ela, o que, no campo da educação financeira, significa romper com padrões de consumo impostos e buscar maior autonomia e consciência nas decisões econômicas.

A digitalização do cotidiano alterou radicalmente a forma como os indivíduos se

relacionam com o dinheiro. As operações bancárias migraram para o ambiente digital; os investimentos tornaram-se mais acessíveis; e os meios de pagamento passaram por uma revolução com o surgimento do PIX, das *fintechs* e dos bancos digitais. Segundo Schwab (2016), o cenário atual está imerso na Quarta Revolução Industrial, e seus efeitos são perceptíveis não apenas na economia formal, mas também no comportamento das pessoas comuns.

A digitalização transformou radicalmente a forma como os indivíduos interagem com o dinheiro, promovendo a emergência de novos serviços financeiros, como as *fintechs*, carteiras digitais e plataformas automatizadas de investimento. Tais inovações alteram comportamentos cotidianos, com destaque para o uso de aplicativos de controle financeiro e o acesso a conteúdos educativos por meio das redes sociais. Contudo, essa mesma digitalização também traz desafios, como a sobrecarga informacional e a dificuldade de discernimento. Segundo Levy (1999), a era atual é marcada por informação que circula em abundância, mas nem sempre se converte em conhecimento útil. Complementarmente, Morin (2000) alerta que a complexidade do mundo atual exige uma nova forma de pensamento, capaz de articular, criticar e contextualizar informações dispersas. Assim, a educação financeira digital deve ir além da técnica, promovendo um olhar reflexivo sobre os usos da tecnologia e seus impactos.

O uso da tecnologia no cotidiano financeiro expandiu o acesso a produtos antes inacessíveis à maioria da população, como investimentos em renda variável, crédito digital e seguros personalizados. Contudo, essa sofisticação exige, por parte do usuário, uma compreensão mais refinada dos mecanismos de mercado, dos algoritmos de recomendação e da proteção de dados. Martha Gabriel (2021) observa que a transformação digital, para ser efetivamente educativa, precisa ser acompanhada por um processo de curadoria crítica e de desenvolvimento de competências cognitivas superiores. No campo das finanças, isso significa formar sujeitos capazes de interpretar tendências, avaliar riscos e tomar decisões ancoradas em dados, mas também em valores éticos e sociais. Nesse cenário, a presente pesquisa revela-se de extrema relevância ao investigar como a tecnologia digital pode ser utilizada como ponte, e não como barreira, entre o saber técnico-financeiro e as práticas cotidianas de gestão do dinheiro por jovens e adultos. Trata-se de pensar a tecnologia não apenas como meio, mas como linguagem educacional, mediadora de um processo emancipador e integrador.

## **1.1 Problemática da pesquisa**

Como a tecnologia digital aliada à educação financeira impacta o desenvolvimento da construção educacional financeira de jovens e adultos?

## **1.2 Objetivo Geral**

Analisar a tecnologia digital como aliada da educação financeira através do estudo dos impactos da era digital na vida financeira de jovens com faixa etária entre 10 e 19 anos e adultos entre 20 até 59 anos.

## **1.3 Objetivos específicos**

- Identificar tendências comportamentais financeiras a partir do manuseio e do acesso à tecnologias que fazem a ponte com informações sobre educação financeira.
- Descrever a relação entre adoção dessas tecnologias e indicadores de saúde financeira como os de inadimplência, poupança e uso de crédito.
- Analisar as barreiras e potenciais distorções geradas pela digitalização através da exclusão digital, infoxicação, riscos de fraude.

## **1.4 Justificativas**

A educação financeira é um dos temas sugeridos para compor a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), segundo o Ministério da Educação (MEC,2022). Durante o período de formação no ensino primário e regular, é possível observar a ausência de disciplinas e atividades que abordassem o valor e a importância do dinheiro, além de como compreendê-lo e utilizá-lo de forma consciente. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021) destaca que, apesar de avanços nas últimas décadas, ainda existe uma lacuna significativa na educação financeira formal, com grande parte da população adulta não tendo recebido orientação sistemática sobre o gerenciamento de suas finanças. Considerando essa realidade, surge a indagação sobre como as pessoas que não tiveram acesso à educação financeira formal desenvolveram seus

conhecimentos e como gerenciam suas finanças pessoais.

No contexto de construção da sociedade brasileira, marcada por desigualdades históricas e rápida transformação digital, a educação financeira desponta como pilar fundamental para o desenvolvimento econômico e social. O surgimento das tecnologias digitais remodelou a maneira como jovens e adultos interagem com o mundo financeiro, oferecendo oportunidades e desafios. Esta pesquisa tem como objetivo analisar criticamente esse cenário, explorando como a revolução tecnológica da era digital impacta o desenvolvimento da vida financeira deste grupo demográfico. Segundo Castells (2013), a sociedade em rede redefine as relações sociais e econômicas, exigindo novas formas de compreensão e adaptação. Nesse sentido, a pesquisa busca contribuir para o debate acadêmico e profissional, oferecendo subsídios relevantes para a formulação de políticas públicas e práticas educacionais mais efetivas.

Além disso, a pesquisa do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil, 2024) revela que a falta de conhecimento financeiro está diretamente relacionada aos elevados índices de endividamento, especialmente entre faixas etárias mais maduras, o que reforça a importância da integração de ferramentas digitais e iniciativas educacionais para fomentar uma gestão financeira mais eficiente. O uso de plataformas digitais e aplicativos educacionais tem se mostrado um recurso eficaz na disseminação de conhecimentos financeiros, conforme aponta a Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2023), que destaca a importância da educação financeira digital para a melhoria das finanças pessoais no Brasil. Nesse contexto, entende-se que a revolução tecnológica desempenhou um papel fundamental na disseminação do conhecimento sobre educação financeira.

A escassez de acesso a informações rápidas e precisas representava uma barreira significativa para que grande parte da população desenvolvesse habilidades essenciais de planejamento e controle financeiro (Santos & Almeida, 2015). Assim, a relevância social desta pesquisa reside no fato de que a alfabetização financeira é fundamental para a redução das desigualdades sociais e para a promoção de uma cidadania plena.

A transformação digital, embora prometa democratizar o acesso à educação financeira, apresenta riscos como a exclusão digital e a vulnerabilidade a fraudes. Nesse contexto, a pesquisa busca analisar criticamente como as tecnologias digitais podem ser utilizadas para mitigar essas desigualdades. Como argumenta Freire (1996), a educação tem um papel fundamental na transformação social, capacitando indivíduos a tomar decisões informadas e a participar ativamente na sociedade. Ao investigar o impacto da tecnologia digital na vida financeira de jovens e adultos,

este estudo visa contribuir para a formulação de políticas públicas e práticas educacionais que promovam a justiça social e o bem-estar econômico.

A trajetória histórica do Brasil, permeada por profundas desigualdades sociais e entraves no campo educacional, exige investigações que considerem o papel ambíguo da tecnologia digital, capaz tanto de ampliar quanto de reduzir essas disparidades. Nesse sentido, como destacam Selwyn e Facer (2013), o uso das tecnologias na educação não pode ser analisado de forma neutra ou determinista, pois está condicionado por contextos sociais, culturais e econômicos que moldam sua apropriação.

É indiscutível que a academia desempenha um papel crucial na formação de conhecimentos, e o ensino de educação financeira é essencial para o desenvolvimento socioeconômico. A análise das faixas etárias de endividamento, conforme os dados do SPC Brasil (2024), revela que a maior parte dos brasileiros com nome restrito está na faixa etária de 41 a 60 anos, representando 35,1% do total, o que supera as demais faixas etárias. Esse dado destaca a necessidade de explorar, no campo acadêmico, os impactos da revolução tecnológica na educação financeira e o seu efeito no comportamento financeiro das diferentes gerações.

Além disso, o mercado de trabalho também deve se preparar, por meio da capacitação profissional, para promover práticas que integrem a tecnologia no ensino e na aplicação de conceitos de educação financeira.

A fim de delimitar a contribuição científica deste estudo, foram realizadas buscas por pesquisas e Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) que abordam a relação entre tecnologia digital e educação financeira. Observou-se que a maioria dos trabalhos existentes se concentra em públicos específicos, como jovens universitários e adultos (SOUZA, 2021), sem, contudo, estabelecer uma análise comparativa entre gerações. Além disso, tais estudos tendem a tratar a tecnologia de forma neutra ou a enfatizar seus riscos, como o estímulo ao consumismo e o endividamento. Diante desse cenário, o presente trabalho propõe-se a preencher uma lacuna relevante ao investigar, de maneira simultânea e comparativa, os impactos da era digital na vida financeira de jovens e adultos, destacando a tecnologia como um instrumento de promoção da autonomia e da educação financeira.

Tal perspectiva está alinhada à visão de Selwyn (2012), para quem as tecnologias digitais, quando integradas de forma crítica e reflexiva aos processos educacionais, podem ampliar as possibilidades de emancipação dos indivíduos. Assim, esta pesquisa contribui para uma compreensão mais ampla e positiva da interação entre tecnologia e educação financeira no contexto

contemporâneo.

## 1.5 Estrutura da Pesquisa

A construção do referencial teórico visa estabelecer a fundamentação conceitual e analítica necessária para o desenvolvimento desta pesquisa. Partindo da premissa de que a educação financeira, especialmente no contexto da transformação digital, é um campo interdisciplinar e dinâmico, este capítulo organiza-se em três grandes eixos.

O primeiro eixo apresenta os fundamentos da educação financeira, abordando suas dimensões conceituais, comportamentais e sociais, com ênfase na situação brasileira. O segundo eixo discute a influência da tecnologia digital nos processos de aprendizagem e inclusão financeira, evidenciando tanto os avanços quanto os desafios impostos pela sociedade em rede. Por fim, o terceiro eixo integra as discussões anteriores, analisando a intersecção entre ferramentas digitais, inclusão financeira e a tratativa da educação financeira na Base Nacional Comum Curricular para Jovens e Adultos.

A escolha dos autores e fontes foi orientada pela relevância teórica, atualidade das pesquisas e adequação ao objeto de estudo. Assim, a fundamentação proposta oferece suporte crítico e coerente para a análise qualitativa dos dados secundários que compõem esta investigação.

A presente pesquisa possui natureza aplicada, com abordagem quantitativa, descritiva e documental. Os dados utilizados são exclusivamente secundários, obtidos a partir de fontes oficiais e confiáveis, como instituições governamentais, entidades do setor financeiro e veículos de imprensa especializados. Essa opção metodológica permitiu a análise de fenômenos sociais e econômicos com base em estatísticas amplas e atualizadas, sem a realização de coletas primárias.

A coleta de dados envolveu a seleção criteriosa de relatórios técnicos, pesquisas institucionais e documentos públicos publicados entre os anos de 2022 e 2025. Entre os temas analisados estão o acesso à internet, o uso de tecnologias digitais financeiras, o comportamento de consumo de jovens e adultos, e os indicadores de saúde financeira da população. Os dados foram organizados em tabelas e gráficos para facilitar a visualização dos resultados e a comparação entre diferentes grupos sociais.

A análise foi conduzida de forma descritiva e interpretativa, com base nos objetivos específicos da pesquisa. Foram explorados três eixos principais: as plataformas digitais de educação

financeira, a relação entre uso tecnológico e saúde financeira, e os impactos negativos da digitalização, como infoxicação e exclusão digital. Embora limitada à utilização de dados secundários, a metodologia adotada garantiu consistência e relevância à investigação, viabilizando uma leitura crítica da realidade estudada.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A estrutura teórica deste estudo pode ser compreendida como um mapa conceitual que orienta o percurso analítico, estabelecendo conexões lógicas entre os objetivos específicos e as diretrizes interpretativas que sustentam a conclusão. O primeiro objetivo específico, *identificar tendências comportamentais financeiras a partir do uso de tecnologias digitais*, está ancorado no eixo sobre *2.1 educação financeira: fundamentos, comportamento e prática*, que discute os determinantes socioculturais e psicológicos das decisões econômicas.

O segundo objetivo específico, *descrever a relação entre a adoção de tecnologias e indicadores de saúde financeira*, conecta-se ao eixo sobre *2.2 transformação digital e seus desdobramentos*, que explora como a digitalização influencia a gestão de recursos e a estabilidade financeira dos indivíduos. O terceiro objetivo específico, *analisar as barreiras e distorções decorrentes da digitalização*, dialoga com o eixo que trata das *2.3 dimensões geracionais e apropriações distintas da tecnologia e da educação financeira*, evidenciando desigualdades de acesso, infoxicação e riscos de fraude.

Esses três eixos convergem para um núcleo interpretativo comum: a necessidade de integrar letramento digital e financeiro como estratégia de inclusão e autonomia. Assim, o caminho teórico-metodológico do trabalho parte da observação das práticas e desafios individuais, passa pela análise da mediação tecnológica e culmina na formulação de recomendações para políticas públicas, estratégias corporativas e ações educacionais.

### *2.1 Educação Financeira: fundamentos, comportamento e prática*

A educação financeira, enquanto área de conhecimento com caráter interdisciplinar, tem adquirido importância crescente no enfrentamento dos desafios impostos pela dinâmica econômica e social contemporânea. Segundo Huston (2010), a literacia financeira consiste na compreensão e uso eficiente de conceitos e ferramentas financeiras, possibilitando ao indivíduo agir com maior consciência e autonomia em suas decisões econômicas. Essa abordagem enfatiza que a educação financeira vai além da simples transmissão de conteúdos, exigindo a capacidade de contextualização crítica e aplicação prática do saber. Complementando essa perspectiva, Silva e Almeida (2020) destacam que a educação financeira tem um papel formativo, ao contribuir para o

desenvolvimento da cidadania e para a promoção de uma cultura de planejamento e responsabilidade no uso dos recursos financeiros.

A educação financeira repousa sobre um alicerce conceitual multifacetado, abrangendo desde a compreensão básica de termos e conceitos financeiros até a capacidade de aplicar esse conhecimento em decisões cotidianas. Em sua essência, trata-se de um processo contínuo de aprendizado que visa capacitar indivíduos a gerenciar seus recursos de maneira eficaz, buscando a estabilidade e o bem-estar financeiro a longo prazo (OCDE, 2020). Essa perspectiva holística transcende a simples alfabetização numérica, englobando a compreensão do funcionamento do sistema financeiro, dos diferentes produtos e serviços disponíveis, bem como dos riscos e oportunidades inerentes a cada escolha financeira (HUSTON, 2010).

Outro aspecto crucial dos fundamentos da educação financeira é a sua relevância socioeconômica. Em um contexto globalizado e cada vez mais complexo, a falta de educação financeira pode levar ao superendividamento, à tomada de decisões de investimento inadequadas e à vulnerabilidade a fraudes financeiras (KEMPSON, 2017). Indivíduos financeiramente educados tendem a contribuir para uma maior estabilidade econômica, apresentando menor propensão a crises financeiras pessoais e maior capacidade de participar ativamente do mercado financeiro de forma consciente (MANDELL, 2008).

A educação financeira também se fundamenta na compreensão da relação entre renda, despesas e patrimônio. A capacidade de elaborar e monitorar um orçamento pessoal, identificando fontes de receita e áreas de gasto, é um passo essencial para o controle financeiro. Compreender como a poupança e o investimento podem gerar crescimento patrimonial ao longo do tempo, através da capitalização e dos juros compostos, constitui um dos elementos centrais dos fundamentos da educação financeira (SIEGAL, 2009). Segundo Gitman e Joehnk (2008), o planejamento financeiro eficaz é determinante para a construção de uma vida econômica sustentável e segura.

Os fundamentos da educação financeira enfatizam a importância da informação e da busca por conhecimento contínuo. O cenário financeiro está em constante evolução, com o surgimento de novos produtos, serviços e regulamentações. Indivíduos financeiramente educados reconhecem a necessidade de se manterem informados, buscando fontes confiáveis de informação e desenvolvendo uma postura crítica em relação às ofertas financeiras (ATKINSON; MESSY, 2013). Como destaca Lusardi (2015), a capacidade de adaptação a novas circunstâncias financeiras é uma competência central no contexto atual.

O comportamento financeiro humano é um campo complexo, influenciado por uma miríade de fatores psicológicos, sociais e culturais. A economia comportamental demonstrou que as decisões financeiras raramente são tomadas com base em uma racionalidade puramente econômica, sendo fortemente moldadas por vieses cognitivos e heurísticas (KAHNEMAN, 2011). A aversão à perda, por exemplo, pode levar indivíduos a evitar realizar investimentos com potencial de ganho para não correr o risco de pequenas perdas, enquanto o viés de confirmação pode fazer com que busquem informações que apenas reforçam suas crenças preexistentes sobre investimentos (TVERSKY; KAHNEMAN, 1974).

A intrínseca ligação entre o comportamento humano e as finanças tem sido amplamente explorada pela economia comportamental. Daniel Kahneman, em sua obra seminal *Rápido e devagar: duas formas de pensar* (2011), demonstra como os vieses cognitivos e as heurísticas influenciam as decisões, muitas vezes desviando as da racionalidade econômica clássica. A aversão à perda pode levar indivíduos a manterem investimentos ruins por medo de realizar o prejuízo, enquanto o efeito manada pode induzir decisões de investimento baseadas no comportamento da maioria, sem análise individualizada (THALER, 2015). Compreender esses aspectos comportamentais é crucial para o desenvolvimento de estratégias de educação financeira que considerem as nuances da psicologia humana.

Sob uma perspectiva comportamental, Domingos (2012) enfatiza que a gestão de finanças pessoais exige, mais do que habilidades técnicas, uma profunda mudança de hábitos, o estabelecimento de metas de vida e contínua autorreflexão sobre prioridades financeiras. Na obra *O menino do dinheiro* do autor Reinaldo Domingos, em 2008, ele reforça a importância da iniciação precoce à educação financeira, argumentando que práticas educativas desde a infância favorecem o desenvolvimento de atitudes responsáveis e conscientes em relação ao dinheiro. Nesse contexto, Amaral e Poletto (2016) corroboram que a educação financeira precoce é fundamental para a formação de comportamentos econômicos saudáveis ao longo da vida.

As emoções influenciam de forma expressiva as decisões financeiras, interferindo tanto na racionalidade quanto na disciplina dos indivíduos. O medo diante das instabilidades do mercado pode provocar a venda apressada de ativos, enquanto a ganância impulsiona investimentos arriscados motivados pela promessa de ganhos elevados. De acordo com Damásio (2005), as emoções são componentes essenciais nos processos decisórios, inclusive nos de natureza econômica. Complementarmente, Reinaldo Domingos (2012) destaca que sentimentos como

ansiedade e frustração podem desencadear comportamentos como o consumo impulsivo, utilizado como forma momentânea de compensação emocional, prejudicando a saúde financeira no longo prazo.

A falta de autocontrole é outro fator comportamental relevante nas finanças pessoais. A dificuldade em resistir a desejos imediatos em prol de objetivos de longo prazo, como a aposentadoria ou a compra de um imóvel, é um desafio comum. A procrastinação também se manifesta na área financeira, adiando decisões importantes como a elaboração de um orçamento ou o início de um plano de poupança para o futuro (O'DONOGHUE; RABIN, 1999). De acordo com Ariely (2008), a irracionalidade sistemática dos indivíduos em decisões financeiras reforça a necessidade de mecanismos de incentivo e educação voltados para a superação desses padrões.

No panorama brasileiro, os indicadores revelam um cenário preocupante, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021) e da confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) em parceria com o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil, 2024) apontam que mais de 60% da população adulta desconhece conceitos fundamentais como juros compostos e planejamento orçamentário. Tal déficit reflete, em grande medida, a histórica ausência da educação financeira nos currículos escolares, reforçando a necessidade de políticas públicas voltadas à formação financeira desde os primeiros anos da educação básica (BRASIL, 2017).

No âmbito prático, a educação financeira se manifesta através de diversas ferramentas e estratégias. O planejamento orçamentário, conforme Gitman e Zutter (2016), é um instrumento fundamental para o controle de receitas e despesas, permitindo identificar oportunidades de poupança e evitar o endividamento excessivo. A poupança regular e a diversificação de investimentos, por sua vez, são estratégias essenciais para a construção de patrimônio e a proteção contra riscos financeiros (BODIE; KANE; MARCUS, 2014). Nesse contexto, a educação financeira prática envolve a capacidade de avaliar diferentes produtos e serviços financeiros, tomar decisões de crédito conscientes e planejar o futuro financeiro, incluindo a formação de uma reserva de emergência e o planejamento para a aposentadoria.

Portanto, compreender esses aspectos do comportamento financeiro é fundamental para o desenvolvimento de estratégias de educação financeira mais eficazes. Ao reconhecer os vieses cognitivos, as emoções e as influências sociais, é possível criar abordagens que auxiliem os indivíduos a tomar decisões financeiras mais conscientes e alinhadas com seus objetivos de longo prazo, mitigando os efeitos de impulsos e irracionalidades (THALER; SUNSTEIN, 2008).

## 2.2 A transformação digital e seus desdobramentos na aprendizagem financeira

A ascensão das tecnologias da informação e comunicação (TICs) promoveu transformações profundas nas estruturas sociais, econômicas e educacionais. Castells (2013) propõe que vivemos em uma "sociedade em rede", na qual os fluxos de informação são reconfigurados em escala global, afetando diretamente o modo como o conhecimento é produzido, distribuído e consumido. Nesse novo paradigma, as tecnologias digitais deixam de ser meramente ferramentas para se tornarem infraestruturas essenciais, capazes de promover inclusão e exclusão de forma acelerada e, muitas vezes, invisível.

De acordo com Castells (2013), a nova economia informacional redefine o conceito de tempo e espaço, permitindo que redes digitais conectem indivíduos e instituições além das limitações geográficas. Essa conectividade, embora promissora, também cria novas formas de desigualdade digital, pois o acesso à informação não garante, por si só, a capacidade de interpretá-la e utilizá-la criticamente. Como o próprio autor destaca, “o principal fator de exclusão não é a ausência de acesso à tecnologia, mas a ausência de capacidade de processar a informação de modo significativo” (Castells, 2005, p. 161). Nesse sentido, “a verdadeira exclusão não se refere tanto ao acesso técnico, mas à capacidade de participar culturalmente das redes de conhecimento” (Lévy, 1999, p. 219). Essa distinção é crucial no contexto educacional, especialmente quando se trata de populações em situação de vulnerabilidade social

No âmbito da aprendizagem, Martha Gabriel (2023) argumenta que o ambiente digital exige competências específicas para que a educação seja efetiva. Segundo a autora, o simples acesso a conteúdos não garante aprendizagem significativa; é necessário desenvolver habilidades como curadoria da informação, colaboração em ambientes virtuais e pensamento crítico. Tais competências configuram o que ela denomina como "alfabetização digital ampliada", uma condição fundamental para a inserção qualificada no século XXI. Nesse sentido, Jenkins *et al.* (2009, p. 19) reforça que a cultura digital demanda novas formas de letramento, e que “a alfabetização do século XXI exige habilidades que permitam navegar, interpretar e contribuir com os fluxos de informação em redes participativas”.

A crescente presença das telas no cotidiano dos estudantes impõe desafios relevantes aos modelos tradicionais de ensino, os quais demandam reformulações capazes de dialogar com a

lógica não linear, hipertextual e interativa das plataformas digitais. Nesse cenário, Moran (2015) afirma que o papel do educador sofre uma transformação significativa: de mero transmissor de conteúdos para mediador dos processos de aprendizagem. E seguindo essa perspectiva, a integração das tecnologias da informação à educação não se limita à digitalização de conteúdos, de acordo com Castells (2013, p. 179) implica “mudanças estruturais nas formas de produzir, acessar e compartilhar o conhecimento”, exigindo uma nova postura crítica e ativa dos sujeitos educacionais.

No campo específico da educação financeira, a digitalização tem sido um vetor relevante de inclusão e autonomia. Dados do Banco Central (2024) apontam que 78 % das transações financeiras entre pessoas de 18 a 59 anos já ocorrem por meio de aplicativos, o que revela uma mudança comportamental significativa. A Fundação Getúlio Vargas (2023) também identificou que o uso regular de apps de controle financeiro está associado à redução de atrasos no pagamento de contas e ao aumento da previsibilidade orçamentária.

Nesse cenário, é possível afirmar que a tecnologia, ao ser incorporada a práticas pedagógicas, potencializa o desenvolvimento de competências para a vida financeira adulta. A educação financeira digital, portanto, não deve ser vista como um conteúdo isolado, mas como uma prática transversal que dialoga com a cultura digital na qual os jovens estão imersos. Segundo Selwyn (2012), compreender o papel social da tecnologia é essencial para repensar a educação como um espaço de empoderamento e cidadania crítica.

Contudo, o excesso de informação disponível nas redes, muitas vezes sem curadoria adequada, gera um fenômeno conhecido como infoxicação. Em complemento, Bauman (2007) alerta que a sociedade líquida, marcada pelo consumo impulsivo e pela efemeridade das relações, intensifica comportamentos imediatistas, o que se reflete também nas decisões financeiras.

Essa sobrecarga informacional é agravada pelos riscos inerentes ao ambiente digital. O aumento de fraudes eletrônicas, que crescem a uma taxa de 35 % ao ano segundo o Banco Central (2024), evidencia a urgência de uma abordagem crítica e ética no uso das tecnologias. A alfabetização digital, nesse contexto, deve incluir noções de segurança cibernética, proteção de dados e leitura crítica das interfaces e algoritmos que mediam o acesso à informação.

A aprendizagem mediada pelas tecnologias, embora potente, requer intencionalidade pedagógica para que se traduza em literacia efetiva. Segundo Freire (1996), ensinar exige consciência do contexto e compromisso com a formação do sujeito crítico. Assim, o uso das

tecnologias na educação não pode ser neutro ou instrumental; deve ser guiado por propósitos emancipatórios que considerem as desigualdades históricas e as novas formas de exclusão digital.

Além disso, autores como Lévy (2010) destacam a importância da inteligência coletiva na construção de saberes em rede. A colaboração mediada pelas tecnologias pode promover comunidades de aprendizagem mais democráticas, nas quais o conhecimento é construído de forma compartilhada. Para isso, entretanto, é preciso garantir acesso equitativo às ferramentas e desenvolver competências socioemocionais que favoreçam a convivência no ambiente digital.

A educação digital precisa ser compreendida como um direito. Conforme aponta Kenski (2012), não basta equipar escolas com dispositivos tecnológicos; é fundamental repensar metodologias, formar professores e engajar estudantes em práticas pedagógicas inovadoras. A tecnologia, quando usada de maneira crítica e criativa, tem o potencial de reduzir desigualdades e ampliar horizontes educacionais, mas isso depende de políticas públicas integradas e de uma visão ética do papel da educação na era digital.

### *2.3 Jovens e adultos: dimensões geracionais e apropriações distintas da tecnologia e da educação financeira*

As transformações sociotécnicas que marcam o século XXI têm delineado novas formas de interação dos sujeitos com o mundo digital e, por conseguinte, com os saberes e práticas relacionados à educação financeira. Entre os diversos fatores que interferem nesse processo, as dimensões geracionais assumem papel central, visto que as experiências sociais, culturais e tecnológicas de jovens e adultos moldam diferentes formas de apropriação da tecnologia e dos conteúdos financeiros.

A abordagem geracional não pode ser compreendida unicamente por critérios cronológicos, mas sim por construções histórico-sociais que engendram modos específicos de perceber, agir e interpretar o mundo. Mannheim (1928) já indicava que as gerações compartilham não apenas uma faixa etária, mas sobretudo um horizonte de experiências que influencia suas formas de inserção social. Assim, ao considerar os jovens e os adultos como sujeitos da educação financeira mediada digitalmente, é necessário reconhecer suas trajetórias, valores e formas de engajamento distintas com a tecnologia.

Os jovens, especialmente aqueles pertencentes às chamadas gerações Y e Z (nascidos entre

1981 e 2012), são comumente descritos como “nativos digitais”, categoria cunhada por Prensky (2001) para designar sujeitos que nasceram em meio às tecnologias digitais e, portanto, têm maior familiaridade com sua lógica de funcionamento. Essa intimidade tecnológica, no entanto, não implica uma competência crítica no uso das ferramentas digitais, tampouco uma autonomia financeira consolidada. Pelo contrário, estudos apontam que a juventude apresenta níveis preocupantes de endividamento, impulsionados por práticas de consumo associadas à influência das mídias sociais e à busca por pertencimento simbólico (Serido et al., 2013).

É nesse contexto que a educação financeira dirigida aos jovens precisa se articular com os desafios próprios dessa etapa do ciclo de vida, caracterizada pela transição para a autonomia e pela construção de identidade. Conforme Cunha (2014), a juventude é marcada por processos de experimentação e negociação de valores, o que requer propostas educativas que transcendam a dimensão instrumental e se articulem a uma perspectiva formativa mais ampla, capaz de fomentar o pensamento crítico e o exercício da cidadania econômica.

A presença da tecnologia no cotidiano juvenil tem potencial pedagógico relevante, desde que utilizada de forma estratégica e contextualizada. As plataformas digitais, os aplicativos de finanças pessoais, os jogos educativos e os conteúdos audiovisuais constituem recursos valiosos para o engajamento desse público, especialmente quando associados a metodologias participativas e interativas. Como aponta Levy (1999), as tecnologias digitais favorecem a construção de inteligências coletivas, promovendo aprendizagens colaborativas e descentralizadas, que podem ser mobilizadas para a educação financeira.

Por outro lado, os adultos, particularmente os pertencentes às gerações X e Baby Boomers (nascidos de 1964 a 1980), possuem uma relação mais heterogênea com a tecnologia, refletindo trajetórias diversas de escolarização, inserção laboral e vivências com dispositivos digitais. Muitos desses sujeitos são considerados “migrantes digitais” (Prensky, 2001), ou seja, não nasceram imersos nas tecnologias, mas foram gradualmente incorporando-as em suas rotinas. Essa transição implica, muitas vezes, um esforço cognitivo e emocional para adaptação às novas formas de comunicação, consumo e aprendizagem.

A apropriação da educação financeira por parte dos adultos tende a ser mediada por experiências acumuladas, responsabilidades familiares e demandas práticas imediatas. Conforme destaca Mezirow (2000), o processo de aprendizagem na vida adulta é fortemente orientado pela resolução de problemas concretos e pela busca de significados que dialoguem com a biografia dos

sujeitos. Dessa forma, os conteúdos financeiros, para serem efetivos, devem conectar-se às vivências dos adultos, promovendo reflexão crítica sobre suas práticas e valores.

É importante destacar, contudo, que os adultos não constituem um grupo homogêneo. Há significativas variações internas relacionadas à classe social, escolarização, gênero e territorialidade, que condicionam o acesso e o uso das tecnologias, assim como as formas de lidar com o dinheiro. A literatura sobre inclusão digital evidencia que a desigualdade de acesso à internet e aos dispositivos tecnológicos reproduz as clivagens sociais existentes, limitando o alcance de iniciativas digitais voltadas à educação financeira (Santos, 2006; Almeida, 2021).

Ainda assim, a tecnologia apresenta um enorme potencial de mediação pedagógica também para o público adulto. Quando integrada a programas de formação contínua, com linguagem acessível e suporte adequado, pode contribuir significativamente para o desenvolvimento da autonomia financeira. Iniciativas que associam a educação financeira a práticas de economia solidária, planejamento familiar e empreendedorismo têm se mostrado eficazes na promoção de mudanças comportamentais sustentáveis (Araújo & Andrade, 2022).

A interseção entre tecnologia, educação financeira e dimensões geracionais exige, portanto, uma abordagem pedagógica sensível às especificidades de cada grupo etário. Como aponta Freire (1996), todo processo educativo deve partir da realidade concreta dos educandos, reconhecendo seus saberes prévios e incentivando a construção coletiva do conhecimento. Assim, uma educação financeira significativa deve dialogar com os contextos culturais e tecnológicos nos quais jovens e adultos estão inseridos.

A presença da tecnologia como mediadora da educação financeira tem sido discutida também em termos críticos. Alguns autores, como Santos (2006), chamam atenção para o fato de que as tecnologias não são neutras, pois refletem interesses, disputas simbólicas e relações de poder. Sob essa perspectiva, a apropriação dos recursos digitais por diferentes grupos etários, incluindo jovens e adultos, não ocorre de forma uniforme nem automática, mas sim atravessada por desigualdades sociais, culturais e cognitivas.

Mezirow (2000) e Almeida (2021) acrescentam que, no caso da educação de adultos, aspectos como biografia, experiência acumulada e inserção socioprofissional desempenham papel central na forma como os sujeitos se relacionam com novos conhecimentos. As contribuições desses autores sugerem a relevância de considerar tais variáveis ao se investigar as possibilidades e os

limites da educação financeira digital nas diferentes gerações.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia é a base estrutural de uma pesquisa científica, definindo os procedimentos e critérios que garantem a validade e a confiabilidade do estudo. Neste capítulo, serão detalhadas as escolhas metodológicas adotadas, abrangendo desde a classificação da pesquisa até os aspectos operacionais de sua execução. O objetivo é apresentar, de maneira sistemática e transparente, o percurso metodológico seguido para alcançar os resultados propostos.

#### 3.1 Abordagem metodológica

A presente pesquisa foi desenvolvida com base em uma abordagem quantitativa, descritiva e documental, utilizando exclusivamente dados secundários obtidos em bases oficiais e portais especializados. Segundo Gil (2008), a pesquisa descritiva objetiva observar, registrar, analisar e correlacionar fatos ou fenômenos sem interferência direta sobre eles, buscando retratar com precisão as características de determinado grupo ou realidade social. No contexto deste estudo, procurou-se compreender a relação entre a digitalização e a educação financeira, especialmente entre jovens e adultos, a partir de dados públicos e estatísticas já disponíveis.

O estudo adotou a técnica de análise documental, definida por Cellard (2008) como o exame sistemático de materiais previamente produzidos com fins diversos da pesquisa, mas que podem fornecer informações relevantes ao objeto de investigação. Para tanto, foram consultadas fontes secundárias reconhecidamente confiáveis, como os portais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Banco Central do Brasil (BCB), Serasa Experian, Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil 2024), Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) e órgãos de imprensa com credibilidade, como a CNN Brasil.

#### 3.2 Natureza e abordagem metodológica

A pesquisa possui natureza aplicada, uma vez que objetiva gerar conhecimento para aplicação prática, voltada à compreensão da realidade socioeconômica e digital de grupos sociais (PRODANOV; FREITAS, 2013). A abordagem é quantitativa, na medida em que os dados trabalhados foram extraídos de bases estatísticas oficiais e analisados por meio de frequências,

percentuais e indicadores previamente calculados pelas instituições responsáveis.

Essa opção metodológica permite interpretar, com base empírica, os fenômenos relacionados à adoção de tecnologias digitais financeiras, à infoxicação, ao acesso desigual à internet e aos impactos dessas variáveis na saúde financeira da população brasileira, sobretudo em relação às faixas etárias estudadas. A utilização de dados secundários garante maior abrangência temporal e territorial, viabilizando a análise de tendências e padrões sociais relevantes ao tema.

### *3.3 Fontes de dados e critérios de seleção*

A coleta de dados envolveu o levantamento e a seleção criteriosa de documentos públicos, relatórios técnicos, pesquisas estatísticas e conteúdos institucionais divulgados por entidades reconhecidas pela confiabilidade metodológica e rigor técnico. As principais fontes de dados utilizadas na pesquisa foram:

- **IBGE – PNAD Contínua TIC 2022 e 2023:** para levantamento de dados sobre acesso à internet, dispositivos de conexão e disparidades entre áreas urbanas e rurais, faixas etárias e níveis de escolaridade;
- **Banco Central do Brasil – Relatórios de estatísticas de canais de acesso, Pix e serviços financeiros:** para análise do uso de tecnologias bancárias e meios de pagamento digitais;
- **CNDL e SPC Brasil:** relatórios sobre comportamento financeiro de consumidores, especialmente da Geração Z, incluindo dados sobre infoxicação, impulsividade e inadimplência;
- **Serasa Experian:** dados sobre fraudes digitais, score de crédito e comportamento de risco financeiro;
- **FEBRABAN:** uso do Índice de Saúde Financeira do Brasileiro (I-SFB), indicador oficial construído em parceria com o Banco Central;
- **Veículos de imprensa especializados (como CNN Brasil):** utilizados como fonte complementar quando vinculados a dados primários de institutos de pesquisa.

Os documentos selecionados foram publicados entre os anos de 2022 e 2025, com prioridade para relatórios atualizados, a fim de garantir que a análise refletisse a conjuntura digital e econômica mais recente.

### *3.4 Procedimentos de análise dos dados*

A análise dos dados foi conduzida de forma descritiva e interpretativa, por meio da leitura crítica e sistematização das informações coletadas. Os dados numéricos foram organizados em tabelas e gráficos, elaborados com o apoio de planilhas eletrônicas, de modo a facilitar a visualização dos resultados e permitir comparações entre os grupos analisados (por faixa etária, nível de acesso à tecnologia, entre outros).

A interpretação foi realizada à luz do referencial teórico previamente estabelecido, com base em autores que discutem a educação financeira, a inclusão digital, a infoxicação e o comportamento do consumidor. Buscou-se correlacionar os dados secundários com os conceitos-chave do estudo, como a Teoria do Comportamento Planejado (Ajzen, 1991), os estudos de Lusardi e Mitchell (2014) sobre literacia financeira e os apontamentos de Castells (2013) e Selwyn (2016) acerca das desigualdades de apropriação tecnológica.

As análises seguiram os objetivos específicos da pesquisa, estruturados em três eixos:

- 1.** Identificação das tendências comportamentais financeiras a partir do manuseio de aplicativos de educação financeira;
- 2.** Identificação da relação entre o uso dessas tecnologias e os indicadores de saúde financeira pessoal;
- 3.** Investigação das distorções geradas pelo avanço digital, como a exclusão tecnológica, infoxicação e fraudes.

Essa triangulação entre dados documentais, análise descritiva e fundamentação teórica visa garantir a consistência metodológica e a validade do estudo, ainda que baseado exclusivamente em fontes secundárias.

### *3.5 Limitações metodológicas*

Por tratar-se de uma pesquisa documental e com base exclusivamente em dados secundários, a principal limitação do estudo refere-se à ausência de contato direto com os

sujeitos da pesquisa. Não foi possível realizar inferências comportamentais individuais nem aplicar instrumentos de coleta primária, como entrevistas ou questionários. Além disso, a disponibilidade e a periodicidade das bases públicas limitaram o escopo de análise a recortes etários, territoriais e temáticos já definidos pelos institutos produtores dos dados.

No entanto, como ressaltam Bardin (2016) e Gil (2008), a pesquisa documental possui alto valor científico quando realizada com critério e rigor, e é especialmente útil em estudos que envolvem grandes populações ou fenômenos estruturais. O uso de dados secundários atualizados, sistematizados e oriundos de fontes confiáveis garante a robustez da análise, ainda que não tenha havido coleta de dados primários.

### *3.6 Justificativa da Escolha Metodologia*

A opção pela análise de dados secundários foi motivada pela amplitude das informações disponíveis em bases públicas, pela credibilidade das instituições emissoras dos relatórios e pela coerência entre os objetivos da pesquisa e o tipo de dado requerido. Como aponta Gil (2008), esse tipo de pesquisa é particularmente útil quando se busca examinar relações de causa e efeito a partir de dados objetivos e comparáveis, como os relacionados à educação financeira, comportamento digital e saúde financeira.

A utilização de fontes secundárias também está alinhada com a perspectiva de pesquisa aplicada, uma vez que permite a construção de diagnósticos sobre situações concretas com base em dados reais. Além disso, reforça a relevância social do estudo ao utilizar estatísticas e informações que podem subsidiar a formulação de políticas públicas e iniciativas de inclusão digital e financeira.

## 4 ANÁLISE DE RESULTADOS DA PESQUISA

A presente seção tem como finalidade apresentar, interpretar e discutir os resultados obtidos por meio da análise de dados secundários coletados em fontes oficiais, com o intuito de alcançar os objetivos delineados nesta pesquisa. A análise concentra-se na identificação das ferramentas e plataformas digitais mais utilizadas no contexto da educação financeira, bem como na observação dos padrões de uso entre diferentes faixas etárias, especialmente jovens e adultos entre 18 e 50 anos, e na relação entre essa adoção tecnológica e indicadores como inadimplência, poupança e uso de crédito. Para tanto, os tópicos a seguir detalham a penetração dessas tecnologias, seu uso efetivo por grupos geracionais distintos e suas implicações na saúde financeira dos usuários.

A estrutura analítica deste capítulo foi delineada em quatro frentes interdependentes. Primeiramente, no item **4.1**, traça-se um panorama da adoção de tecnologias digitais financeiras no Brasil, com base em dados de instituições oficiais como o Banco Central e o IBGE, destacando a expansão do acesso às ferramentas digitais no contexto da transformação digital. Em seguida, o item **4.2** dedica-se à análise da usabilidade dessas tecnologias por diferentes faixas etárias, com ênfase em jovens e adultos, considerando as desigualdades estruturais de acesso e os níveis de apropriação tecnológica entre esses grupos.

O item **4.3** aprofunda essa discussão ao relacionar a adoção tecnológica com indicadores de saúde financeira, abordando aspectos como inadimplência, endividamento, infociação e vulnerabilidades a fraudes digitais, baseando-se em dados recentes de entidades como CNDL, SPC Brasil e Serasa. Por fim, no item 4.3.4, examina-se a evolução do Índice de Saúde Financeira do Brasileiro (I-SFB), com o intuito de observar os efeitos concretos da digitalização sobre a capacidade da população de gerir suas finanças de forma sustentável. Essa abordagem busca articular empiricamente os objetivos específicos da pesquisa, contribuindo para uma compreensão crítica e aprofundada dos impactos da era digital na gestão financeira dos indivíduos, especialmente sob a ótica da inclusão financeira e das desigualdades digitais.

Dessa forma, as limitações das teorias apresentadas decorrem da recente consolidação do tema e da escassez de séries históricas robustas sobre os impactos da tecnologia digital na educação financeira. A análise baseia-se em estudos atualizados de órgãos oficiais e em pesquisas em bases como SciELO, Google Acadêmico e periódicos especializados, refletindo um recorte temporal em que as ferramentas digitais ainda estão em processo de consolidação teórica e prática

#### *4.1 Panorama de adoção de tecnologias digitais financeiras*

A incorporação das tecnologias digitais ao cotidiano financeiro brasileiro representa um dos principais marcos da transformação digital dos serviços bancários e de pagamento no país. Conforme os dados mais recentes divulgados pelo Banco Central do Brasil (2024), observa-se um expressivo crescimento no número de transações financeiras e não financeiras realizadas por meio de canais digitais, especialmente aplicativos móveis e internet banking. Essa tendência confirma as previsões da literatura especializada, que aponta para uma desmaterialização dos serviços financeiros e para a centralidade das plataformas digitais no contexto contemporâneo (PRATES; SILVA, 2022).

A mobilidade, a acessibilidade e a integração de serviços explicam a ampla adoção das plataformas digitais. Para Diniz, Pozzebon e Jayo (2013), os dispositivos móveis desempenham papel essencial na expansão do acesso financeiro, sobretudo em contextos marcados por exclusão bancária histórica. Segundo os autores, os celulares e aplicativos oferecem “infraestruturas móveis de acesso financeiro” que não dependem de estruturas físicas, o que pode favorecer populações periféricas e jovens digitalmente conectados. Essa mudança é reforçada pelos dados do Banco Central, que indicam aumento contínuo no volume de transações por aplicativos, enquanto o uso de agências físicas e caixas eletrônicos diminui.

**Gráfico 1 - Serviços por Canal de Acesso (Quantidade de transações financeiras e não financeiras).**



**Fonte:** BCB. *Gráfico de quantidade de transações financeiras por canais de acessos*. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/detalhamentoGráfico/graficossqb/QuantidadeTransacoesCanais>. Acesso em: 10 de maio de 2025.

De acordo com os dados do Sistema de Estatísticas de Canais de Acesso do BCB, somente no primeiro semestre de 2024, os aplicativos móveis responderam por mais de 70% das transações financeiras realizadas, superando amplamente canais tradicionais como agências bancárias e caixas eletrônicos. Esse padrão está alinhado ao que Diniz, Pozzebon e Jayo (2013) denominam de "infraestrutura móvel de acesso financeiro", que permite maior capilaridade, agilidade e autonomia no uso de serviços bancários, sobretudo entre populações mais jovens e conectadas.

Apesar da consolidação das tecnologias digitais como principal meio de acesso a serviços financeiros no Brasil, o primeiro trimestre de 2025 apresentou uma redução no número de transações financeiras registradas. Essa queda pode ser explicada por dois fatores principais. O primeiro refere-se à sazonalidade do período, uma vez que os primeiros meses do ano tendem a concentrar menor volume de operações em comparação ao quarto trimestre, que tradicionalmente apresenta maior movimentação devido a eventos como o pagamento do décimo terceiro salário e as festividades de fim de ano. O segundo fator, de natureza metodológica, está relacionado à Instrução Normativa nº 335, de 8 de dezembro de 2022, que ampliou o universo de instituições obrigadas a reportar dados ao Banco Central por meio do documento 6209. Essa mudança impactou diretamente a série histórica, gerando variações nos

indicadores de volume transacional. Assim, a queda observada não necessariamente reflete uma diminuição no uso efetivo das plataformas digitais, mas sim uma reconfiguração nos parâmetros de coleta e consolidação dos dados estatísticos.

**Quadro 1 - Finalidades de Uso da Internet no Brasil (2022)**

<b>Finalidade de Uso da Internet</b>	<b>Percentual de Usuários (%)</b>
Conversar por chamadas de voz ou vídeo	94,40%
Enviar ou receber mensagens de texto, voz ou imagens por aplicativos diferentes de e-mail	92,00%
Assistir a vídeos, inclusive programas, séries e filmes	88,30%
Usar redes sociais	83,60%
Ouvir músicas, rádio ou podcast	82,40%
Ler jornais, notícias, livros ou revistas pela internet	69,00%
Acessar bancos ou outras instituições financeiras	66,70%
Enviar ou receber e-mails	60,50%

**Fonte:** IBGE (2023). Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38307-161-6-milhoes-de-pessoas-com-10-anos-ou-mais-de-idade-utilizaram-a-internet-no-pais-em-2022>. Acesso em: 07 maio 2025.

Tal mudança estrutural no comportamento do consumidor financeiro pode ser compreendida também a partir do conceito de apropriação tecnológica, conforme discutido por Silverstone *et al.* (1992), em que a integração de ferramentas digitais ao cotidiano depende da incorporação simbólica e funcional das tecnologias aos modos de vida dos sujeitos. Nesse sentido, a crescente adesão ao mobile banking, ao internet banking e ao sistema de pagamentos

instantâneos (PIX) evidencia que o ambiente digital não apenas complementa, mas substitui os antigos formatos de relacionamento com as instituições financeiras.

A literatura aponta, contudo, que esse processo não é homogêneo entre diferentes grupos populacionais. Enquanto os jovens adultos demonstram alta adesão às ferramentas digitais, muitas vezes sem, contudo, um domínio aprofundado sobre seus mecanismos, outros grupos, como idosos ou pessoas com baixa escolaridade – enfrentam obstáculos para a plena utilização desses recursos (DINIZ et al., 2012; RIBEIRO; VELOSO, 2021). Embora o acesso à tecnologia seja frequentemente apontado como um passo essencial para a inclusão financeira, não é suficiente por si só para promover a inclusão plena. Essa transformação depende também de fatores históricos, culturais, educacionais e de confiança nas comunidades usuárias (GIGLER; BAILUR, 2014).

É nesse ponto que a educação financeira assume papel central. Para Lusardi e Mitchell (2014), a literacia financeira é condição indispensável para que os indivíduos utilizem as ferramentas digitais de forma estratégica, prevenindo comportamentos como o endividamento excessivo ou o uso desinformado de crédito. No mesmo sentido, Oliveira e Silva (2021) argumentam que a literacia digital e financeira deve caminhar conjuntamente, já que grande parte das decisões financeiras cotidianas passa, atualmente, por aplicativos e sistemas automatizados de pagamento.

Além disso, a consolidação do Pix como principal instrumento de pagamento do país reforça a velocidade da transformação digital no setor financeiro. Em poucos anos, o sistema superou amplamente as transações por TED e DOC, sendo utilizado tanto por pessoas físicas quanto jurídicas, o que indica sua penetração em diversos segmentos da sociedade (ZUIN; SILVA, 2022). Para Batiz-Lazo (2021), a ascensão de pagamentos instantâneos como o PIX representa uma ruptura nos modelos tradicionais de intermediação bancária, promovendo maior descentralização e autonomia do usuário final.

Os dados analisados, portanto, reiteram os argumentos apresentados por Costa, Cunha e Meirelles (2020), segundo os quais o avanço das tecnologias digitais financeiras no Brasil não pode ser visto apenas como fenômeno técnico, mas como parte de um processo de reconfiguração das relações sociais, econômicas e educacionais que sustentam o sistema financeiro. Tal processo exige, como ressaltam Amaral e Monteiro (2020), uma revisão das estratégias de educação financeira, agora voltadas para a formação de um sujeito digitalmente letrado e financeiramente consciente.

Assim, ao relacionar os dados empíricos do Banco Central com a base teórica discutida, é possível observar que o Brasil avança rapidamente na digitalização dos meios de pagamento e acesso a serviços bancários. No entanto, o desafio persiste em assegurar que esse avanço ocorra de maneira equitativa, promovendo não apenas a disponibilidade técnica, mas também a capacidade crítica dos indivíduos de lidar com os recursos disponíveis. Como sintetiza Selwyn (2012), o acesso tecnológico deve ser compreendido não apenas como posse de dispositivos, mas como capacidade de uso significativo e reflexivo.

#### *4.2 A usabilidade de tecnologias digitais por jovens e adultos*

O avanço das tecnologias digitais no Brasil tem provocado transformações significativas na forma como a população acessa informações, serviços públicos e financeiros. No entanto, embora os dados revelem um panorama crescente de conectividade, a análise por grupos etários e sociais indica que o acesso e a usabilidade das tecnologias ainda ocorrem de forma desigual. Esse contexto é particularmente relevante para compreender como a inclusão digital impacta, ou deixa de impactar, a educação financeira de jovens e idosos no país.

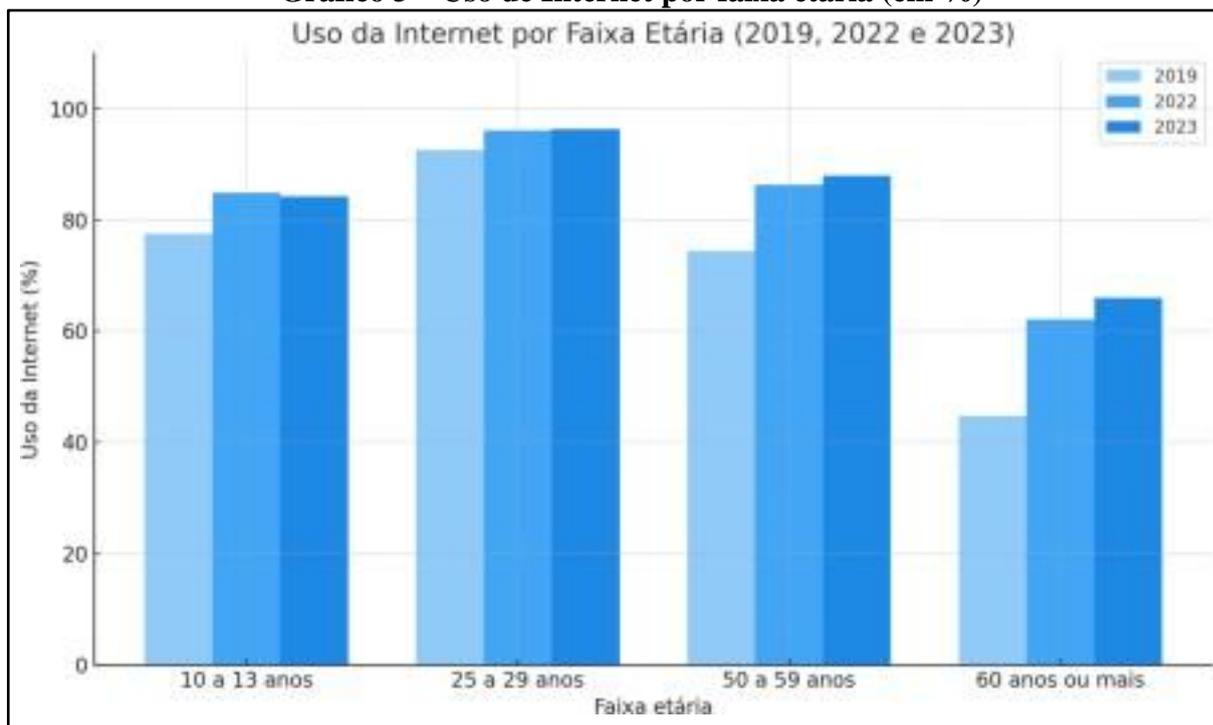
Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, Tecnologias da Informação e Comunicação (PNAD Contínua TIC), publicada pelo IBGE (2023), 88,0% da população brasileira com 10 anos ou mais utilizou a internet no ano de 2023, o que representa cerca de 164,5 milhões de pessoas. O índice demonstra uma significativa penetração da tecnologia digital, indicando sua presença constante no cotidiano da maioria dos brasileiros. No entanto, 22,4 milhões de pessoas (12%) ainda permanecem desconectadas da rede mundial de computadores, o que acarreta implicações diretas para o acesso a serviços digitais e educação financeira (IBGE, 2023).

**Gráfico 2 – Quantidade da população que utiliza internet (em %)**



**Fonte:** Adaptado de IBGE (2024). Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41026-em-2023-87-2-das-pessoas-com-10-anos-ou-mais-utilizaram-internet>. Acesso em: 06 maio 2025.

A análise por faixa etária reforça a percepção de que o acesso à internet está diretamente relacionado à idade. Os jovens adultos, entre 25 e 29 anos, apresentam o maior índice de acesso (96,3%), evidenciando familiaridade e dependência das tecnologias digitais no cotidiano. Na faixa etária de 10 a 13 anos, o índice também é elevado (84,2%), demonstrando que o uso da internet se inicia de forma precoce. Contudo, entre os idosos com 60 anos ou mais, a taxa de uso cai significativamente para 66,0%. Essa discrepância etária revela uma importante lacuna de acesso que precisa ser considerada quando se discute políticas de inclusão digital e financeira para a terceira idade (IBGE, 2023; CASTELLS, 2003).

**Gráfico 3 – Uso de Internet por faixa etária (em %)**

**Fonte:** Adaptado de IBGE (2024). Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41026-em-20>

[23-87-2-das-pessoas-com-10-anos-ou-mais-utilizaram-internet](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41026-em-20). Acesso em: 06 maio 2025.

Além da questão etária, outros fatores contribuem para a limitação do uso da internet entre certos grupos populacionais. Dentre os que não utilizam a internet, 46,3% justificaram a exclusão por "não saber usar". Esse dado revela uma barreira de ordem técnica e educacional. Ademais, 75,5% dos não usuários possuem, no máximo, o ensino fundamental incompleto, evidenciando que o nível de escolaridade continua sendo um importante condicionante da inclusão digital. Ainda, 51,6% dos idosos citam a idade como motivo principal para não usar a internet, o que reforça o argumento de que o envelhecimento está associado a uma exclusão digital multifacetada – técnica, educacional e cultural (FREIRE et al., 2020; PRADO, 2020).

As disparidades também se manifestam de acordo com o território de residência. Em áreas urbanas, o índice de uso da internet alcança 89,6%, enquanto nas zonas rurais essa taxa é de 76,6%. Essa diferença pode ser atribuída a limitações na infraestrutura de conectividade, como cobertura de rede, velocidade e custo de acesso, além da menor presença de políticas públicas voltadas à inclusão digital em localidades afastadas dos centros urbanos. Tais desigualdades regionais reiteram que a democratização do acesso à internet ainda é um desafio estrutural no Brasil (MELO, 2022).

No que diz respeito aos dispositivos utilizados para se conectar à internet, os dados da PNAD Contínua TIC (2023) revelam a predominância do telefone celular, utilizado por 98,8% dos usuários. Essa centralidade do celular aponta para a consolidação do celular móvel como principal porta de entrada para o mundo digital sobretudo entre as camadas mais jovens e de baixa renda. Tal tendência, embora positiva em termos de acesso, pode implicar limitações na usabilidade de aplicativos de educação financeira mais sofisticados, cuja navegação ideal é pensada para telas maiores e interfaces mais complexas (SANTOS; GONÇALVES, 2021).

**Quadro 2 – Principais dispositivos utilizados para acesso à internet (em %)**

<b>Principais dispositivos utilizados para acesso à internet</b>	<b>Valor</b>
Telefone móvel celular	98,80%
Televisão	49,80%
Microcomputador	34,20%
Tablet	7,60%

**Fonte:** Adaptado de IBGE (2024). Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41026-em2023-87-2-das-pessoas-com-10-anos-ou-mais-utilizaram-internet>. Acesso em: 06 maio 2025.

É importante destacar que, embora os jovens sejam mais conectados, essa maior exposição à tecnologia não se traduz automaticamente em práticas consistentes de gestão financeira. Dados da CNDL/SPC Brasil (2024) indicam que 47% dos jovens adultos não realizam controle das próprias finanças, sugerindo que a presença digital não basta para garantir o letramento financeiro. Conforme Freire et al. (2020), a alfabetização digital, quando não acompanhada de estratégias educacionais específicas, pode apenas reproduzir desigualdades sociais existentes, sem promover mudanças estruturais.

Esses dados reforçam a necessidade de integrar o uso da tecnologia digital a estratégias de educação financeira com foco na formação crítica. Jovens conectados precisam ser orientados a utilizar essas ferramentas de forma funcional, e os adultos precisam de suporte

técnico e pedagógico para superar as barreiras de entrada. Como propõe Prado (2020), a inclusão digital deve estar articulada a políticas públicas de formação continuada, considerando as especificidades de cada grupo etário e suas condições materiais e cognitivas.

Portanto, a análise da usabilidade de tecnologias digitais por jovens e adultos evidencia que o acesso à internet no Brasil está amplamente disseminado, mas ainda fortemente condicionado por fatores sociais, educacionais, geográficos e geracionais. Compreender essas dinâmicas é fundamental para o desenvolvimento de estratégias inclusivas de educação financeira, capazes de promover o uso consciente e crítico das tecnologias digitais no contexto da era da informação.

### 4.3 ADOÇÃO TECNOLÓGICA VS. INDICADORES DE SAÚDE FINANCEIRA

A digitalização tem promovido mudanças estruturais no comportamento financeiro de indivíduos e instituições. O crescimento do acesso à internet e o uso de tecnologias como aplicativos bancários, carteiras digitais e plataformas de controle de gastos demonstram uma tendência crescente de autonomia financeira mediada por dispositivos digitais. Entretanto, embora esse fenômeno amplie o alcance de soluções financeiras, ele também introduz distorções importantes. Este tópico tem por objetivo analisar as principais barreiras e distorções geradas pela digitalização no campo da saúde financeira, considerando os efeitos da exclusão digital, da infociação e dos riscos de fraude digital, com base nos dados estatísticos e evidências recentes.

#### 4.3.1 Inadimplência e Uso de Tecnologia

A exclusão digital ainda se apresenta como um dos principais entraves ao uso efetivo das tecnologias financeiras, sobretudo entre populações idosas e de menor renda. De acordo com a *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – TIC* (IBGE, 2022), 95% dos jovens entre 18 e 24 anos têm acesso à internet, enquanto esse número cai para 52% entre os indivíduos com 60 anos ou mais. O mesmo padrão se observa no uso de smartphones, com 92% entre os jovens e apenas 45% entre os idosos. Essas diferenças etárias são acentuadas

pelas desigualdades socioeconômicas, nas quais as classes D e E apresentam conectividade limitada, seja por infraestrutura precária, seja por ausência de letramento digital.

**Quadro 3 – Uso de aplicativos financeiros por faixa etária**

<b>Faixa Etária</b>	<b>Percentual de Usuários de Apps Financeiros (%)</b>
18-24 anos	68%
25-34 anos	34,6%
35-44 anos	3,2%
45-54 anos	1,1%
acima de 55 anos	0,6%

**Fonte:** Star.io Brasil, 2025. Disponível em: <[https://www.start.io/audience/digital-payments-app-users-in-brazil?utm\\_source=>](https://www.start.io/audience/digital-payments-app-users-in-brazil?utm_source=>).. Acesso em: 18 junho de 2025.

**Quadro 4 – Inadimplência por Faixa Etária**

<b>Faixa Etária</b>	<b>Percentual de Inadimplentes (%)</b>
18-24 anos	8,32%
25-29 anos	12,23%
30-39 anos	23,81%
40-49 anos	21,11%
acima de 50 anos	33,33%

**Fonte:** Elaborado pelo autor com dados CNDL/SPC Brasil, 2025. Disponível em: <[https://site.cndl.org.br/inadimplencia-atinge-6876-milhoes-de-consumidores-em-fevereiro-aponta-cndlspc-brasil/#:~:text=N%C3%9AMERO%20DE%20PESSOAS%20INADIMPLENTES%20POR,e%2048%2C%2092%25%20homens.](https://site.cndl.org.br/inadimplencia-atinge-6876-milhoes-de-consumidores-em-fevereiro-aponta-cndlspc-brasil/#:~:text=N%C3%9AMERO%20DE%20PESSOAS%20INADIMPLENTES%20POR,e%2048%2C%2092%25%20homens.;)>; Acesso em: 18 junho de 2025.

É evidenciado através dos dados que embora a adoção tecnológica seja mais expressiva entre as faixas etárias mais jovens, esses grupos apresentam índices de inadimplência baixo. Por outro lado, as faixas etárias mais velhas, que tendem a utilizar menos os aplicativos financeiros, apresentam taxas de inadimplência mais expressivas.

A limitação tecnológica compromete a capacidade de certos grupos utilizarem recursos digitais que poderiam auxiliar na gestão de dívidas e no planejamento financeiro. Como apontam Moraes e Silva (2021), “a falta de acesso à internet e de letramento digital dificulta o uso de ferramentas que poderiam melhorar a tomada de decisão financeira dos indivíduos”. Isso evidencia que o acesso desigual às tecnologias aprofunda disparidades socioeconômicas já existentes. Essa desigualdade de acesso prejudica diretamente a capacidade de certos grupos utilizarem aplicativos de controle financeiro, plataformas de renegociação de dívidas ou sistemas de acompanhamento de crédito.

Nesse contexto, a digitalização pode aprofundar desigualdades já existentes, ao beneficiar mais intensamente os grupos que já dispõem de maior capital educacional e

informacional (CASTELLS, 2013).

Segundo relatório recente da Serasa (2025), adultos com idade acima de 50 anos apresentam maior taxa de inadimplência quando comparados às faixas etárias mais jovens, e são menos propensos a utilizar aplicativos de controle de gastos ou plataformas de renegociação online. Esse afastamento do ambiente digital pode estar associado tanto à falta de familiaridade tecnológica quanto ao receio frente aos riscos percebidos. Assim, o ciclo da exclusão se perpetua: quem mais precisaria das ferramentas digitais para melhorar sua saúde financeira é, muitas vezes, quem menos consegue acessá-las de forma efetiva e segura.

#### *4.3.2 Infoxicação: o excesso de informação digital e a tomada de decisão financeira*

Outro desafio relevante na relação entre tecnologia e saúde financeira diz respeito à infoxicação, ou seja, o excesso de informações recebidas em curtos períodos, geralmente sem critérios de confiabilidade ou curadoria. Em ambientes digitais altamente estimulantes, o usuário é exposto continuamente a anúncios de crédito, investimentos e consumo, o que pode levar a decisões precipitadas. Como observa o SPC Brasil (2023), “a exposição excessiva a conteúdos financeiros, muitas vezes contraditórios ou pouco confiáveis, gera confusão e ansiedade, levando o consumidor a agir por impulso”.

No campo financeiro, essa condição tem se tornado cada vez mais recorrente, sobretudo com a popularização de aplicativos, plataformas de investimentos e redes sociais que oferecem uma avalanche de dados simultâneos. Essa sobrecarga cognitiva compromete a autonomia do usuário, reduzindo sua habilidade de filtrar o que é relevante e prejudicando a qualidade das decisões econômicas, como a escolha entre opções de crédito, investimentos ou controle orçamentário. De acordo com Kahneman (2011), quando a mente é submetida a uma grande carga de informação, tende a recorrer a atalhos mentais automáticos, o que pode resultar em decisões impulsivas e mal fundamentadas.

Além disso, a infoxicação afeta de forma desproporcional os indivíduos com menor letramento digital e financeiro, agravando desigualdades já existentes. Como destaca a Associação Brasileira das Empresas de Software (ABES, 2023), “quatro em cada cinco brasileiros sofrem efeitos da sobrecarga de informações, o que impacta diretamente a vida pessoal e profissional”. Essa situação cria um ambiente em que a tomada de decisão financeira

se torna menos racional e mais suscetível a vieses cognitivos e emocionais, intensificando comportamentos como o consumo por impulso, a negligência ao planejamento e a adesão a fraudes.

Os dados da CNDL (2023) reforçam essa preocupação. Entre os jovens de 18 a 24 anos, 30% relatam já ter tomado decisões financeiras impulsivas com base em conteúdos de redes sociais, 25% utilizaram crédito rápido após exposição à publicidade online e 35% assumiram dívidas sem planejamento. Essa faixa etária é a mais conectada, mas também a mais suscetível à influência de algoritmos de consumo, estratégias de marketing digital e informações falsas ou sensacionalistas. Como advertem Almeida e Ferreira (2020), “não basta ter acesso à tecnologia; é necessário formar cidadãos financeiramente críticos e capazes de lidar com o excesso de informação no ambiente digital”.

A ausência de uma educação digital crítica intensifica esse cenário, limitando a capacidade do indivíduo de distinguir fontes confiáveis e avaliar riscos. Conforme Kahneman (2011), decisões financeiras feitas sob sobrecarga cognitiva tendem a ser guiadas por atalhos mentais e emoções, o que favorece comportamentos de consumo impulsivo. Essa realidade reforça a urgência de uma abordagem integrada entre alfabetização digital e educação financeira, capaz de preparar o cidadão para um ambiente digital dinâmico e, muitas vezes, adverso.

#### *4.3.3 Riscos de fraude e a vulnerabilidade digital*

A digitalização dos serviços financeiros também trouxe consigo um aumento expressivo nos riscos de segurança cibernética. Entre 2022 e 2024, o número de tentativas de fraude digital cresceu 18% no Brasil, conforme relatório da Serasa (2025). Os golpes mais comuns envolvem links maliciosos enviados por e-mail ou mensagens instantâneas, páginas falsas de renegociação de dívidas e aplicativos não oficiais de contratação de crédito. Tais práticas atingem especialmente consumidores com menor domínio técnico e jurídico, que não conseguem identificar irregularidades nos ambientes virtuais.

Entre os mais afetados estão os jovens com idade entre 18 e 24 anos: de acordo com o SPC Brasil (2023), 21% relataram já ter sido vítimas ou quase vítimas de fraudes online. Essa vulnerabilidade está relacionada ao uso frequente de tecnologias sem o devido preparo para práticas seguras. O uso intensivo de tecnologias digitais no setor financeiro, sem o devido

preparo técnico, jurídico e educacional, pode aumentar a exposição dos consumidores a práticas abusivas e fraudes, comprometendo diretamente sua saúde financeira. Como alerta Claudia Lima Marques (2021, p. 1221), “a assimetria de informação entre fornecedores de crédito e consumidores é ainda mais acentuada no ambiente digital, favorecendo a armadilha do superendividamento e comprometendo a saúde financeira das famílias”.

Os efeitos dessas fraudes ultrapassam a simples perda financeira imediata, pois frequentemente levam à inscrição indevida em órgãos de proteção ao crédito, dificultando o acesso a crédito e comprometendo a retomada de práticas de consumo consciente. Esse cenário perpetua um ciclo de insegurança que impacta tanto a estabilidade financeira quanto a participação digital dos usuários mais vulneráveis. Conforme ressaltam Souza e Carvalho (2021, p. 45), “a inclusão digital efetiva depende de políticas públicas que promovam a educação e o treinamento contínuo das populações em situação de maior risco, prevenindo a marginalização e o uso inadequado das tecnologias”.

#### *4.3.4 Evolução de indicador da saúde financeira no Brasil à luz da digitalização*

O Índice de Saúde Financeira do Brasileiro (I-SFB), lançado pelo Banco Central em 2021, representa uma ferramenta inovadora para medir de forma abrangente o bem-estar financeiro da população. Baseado em sete dimensões, como controle, segurança, liberdade, planejamento e relacionamento com instituições financeiras, o índice varia de 0 a 100 pontos, sendo que pontuações mais altas indicam melhores condições financeiras. Segundo o Banco Central (2021), a proposta do I-SFB é permitir que os indivíduos compreendam melhor suas finanças, oferecendo orientações personalizadas para sua realidade. De acordo com Tejada e Souza (2022), esse modelo se diferencia por integrar aspectos objetivos, como a capacidade de pagamento, e subjetivos, como a tranquilidade diante das finanças, permitindo uma visão mais holística do comportamento financeiro.

A metodologia do I-SFB se baseia em um questionário com 17 perguntas que avaliam hábitos de consumo, poupança e planejamento de curto e longo prazo. A classificação varia entre saúde financeira baixa (0 a 40) até excelente (81 a 100), proporcionando um diagnóstico acessível e contínuo. Conforme explica o Banco Central (2021), o índice também serve como

base para políticas públicas e ações de inclusão financeira, além de auxiliar instituições na oferta de produtos mais adequados aos perfis dos consumidores. Para Lima e Martins (2023), a implementação desse indicador contribui significativamente para a promoção da educação financeira no Brasil, pois traduz dados complexos em linguagem acessível e aplicável ao cotidiano dos cidadãos.

A metodologia do Índice de Saúde Financeira do Brasileiro (I-SFB) fundamenta-se em um questionário composto por 17 perguntas, que visam capturar uma visão ampla e integrada da vida financeira dos indivíduos. Essas questões estão organizadas em torno de sete dimensões: controle, segurança, liberdade, planejamento, bem-estar, habilidades e relacionamento com instituições financeiras.

As perguntas abrangem aspectos como o equilíbrio entre renda e despesas, a capacidade de lidar com imprevistos, o hábito de poupança, o nível de organização financeira e o comportamento frente ao uso de crédito. Por exemplo, questões como “sobra dinheiro para mim no final do mês” e “eu sei me controlar para não gastar muito” avaliam o comportamento financeiro cotidiano, enquanto outras, como “estou garantindo meu futuro financeiro”, refletem o grau de planejamento e a percepção de autonomia. De acordo com o Banco Central (2021), esse formato permite avaliar tanto condições objetivas, como o cumprimento de obrigações financeiras, quanto percepções subjetivas, como a tranquilidade diante das finanças pessoais, compondo um retrato mais fiel da realidade financeira do brasileiro.

A partir dessas 17 perguntas, os indivíduos recebem uma pontuação de 0 a 100, permitindo sua classificação em cinco faixas: saúde financeira muito baixa (0–40), baixa (41–55), adequada (56–65), boa (66–80) e excelente (81–100). Conforme destacam Tejada e Souza (2022), esse modelo inovador integra elementos comportamentais e atitudinais, possibilitando não apenas o diagnóstico da situação financeira atual, mas também o direcionamento de políticas públicas e estratégias educacionais mais alinhadas às necessidades reais da população. Além disso, a estrutura do I-SFB facilita a análise de perfis financeiros distintos, como grupos etários, níveis de renda e regiões geográficas, subsidiando iniciativas voltadas à inclusão financeira e ao letramento digital. Como observam Lima e Martins (2023), a clareza e aplicabilidade do questionário favorecem a compreensão dos dados mesmo por pessoas com baixa escolaridade ou pouca familiaridade com temas econômicos, contribuindo para a democratização do acesso à informação financeira e para a construção de uma cultura de autonomia e planejamento.

**Quadro 5 – Evolução do Índice de Saúde Financeira do Brasileiro (I-SFB), 2022–2024**

Ano	Índice de Saúde Financeira (I-SFB)
2022	56,0
2023	56,2
2024	56,7

**Fonte:** FEBRABAN, apud CNN Brasil. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/financas/saude-financeira-dos-brasileiros-comeca-a-recuperar-folego-apos-dois-anos-diz-febraban>>. Acesso em 08 de Maio de 2025.

O leve crescimento do índice reflete não apenas a recuperação econômica pós-pandemia, mas também o impacto positivo de iniciativas tecnológicas voltadas à educação financeira, como aplicativos de controle de gastos, plataformas de renegociação de dívidas e ferramentas de comparação de crédito (FEBRABAN, 2024). Entretanto, a melhoria tímida também evidencia que a simples presença de tecnologias não é suficiente para transformar hábitos financeiros, especialmente entre grupos vulneráveis, como idosos e pessoas de baixa renda.

Segundo Castells (2013, p. 184), a verdadeira inclusão digital exige mais do que acesso às tecnologias: requer também “mudanças estruturais nas formas de produzir, acessar e compartilhar o conhecimento”, o que implica o desenvolvimento de competências críticas pela população. Nessa perspectiva, o crescimento do Índice de Saúde Financeira do Brasileiro (I-SFB) deve ser analisado com prudência, tendo em vista obstáculos persistentes como a sobrecarga informacional, a vulnerabilidade digital e as fraudes cibernéticas, que ainda impedem a plena utilização dos recursos digitais por grande parte dos cidadãos (SILVEIRA, 2020; DOMINGOS, 2021).

A consolidação da saúde financeira no Brasil, portanto, não depende exclusivamente do progresso tecnológico, mas também da ampliação do letramento digital e da educação financeira da população. Como destaca Selwyn (2011, p. 12), “o uso significativo das tecnologias digitais está intrinsecamente ligado à capacidade crítica dos indivíduos em

compreender, interpretar e transformar a informação em conhecimento relevante”. Nesse sentido, a análise do Índice de Saúde Financeira do Brasileiro (I-SFB) confirma os dados e argumentos discutidos nos subtópicos anteriores, ressaltando a urgência de políticas públicas integradas que promovam simultaneamente a inclusão digital e a formação financeira.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo identificar tendências comportamentais financeiras associadas ao uso de tecnologias digitais voltadas à educação financeira, analisando, ainda, a relação entre essas ferramentas e indicadores de saúde financeira, como inadimplência, poupança e uso do crédito. Ao longo do estudo, verificou-se que, embora as inovações tecnológicas ampliem o acesso à informação e às práticas de gestão financeira pessoal, seus efeitos positivos não são uniformemente distribuídos entre os diferentes perfis socioeconômicos e faixas etárias.

Em resposta ao primeiro objetivo específico, que consistiu em identificar tendências comportamentais financeiras associadas ao uso de tecnologias digitais, verificou-se que a adesão a aplicativos de controle financeiro, plataformas de pagamento instantâneo e serviços bancários digitais apresenta crescimento expressivo, especialmente entre jovens, mas nem sempre acompanhada de letramento financeiro consolidado.

Quanto ao segundo objetivo específico, que buscou descrever a relação entre a adoção dessas tecnologias e indicadores de saúde financeira, os dados analisados indicam correlação positiva entre o uso contínuo de ferramentas digitais e a melhoria de práticas como pagamento pontual de contas e aumento da previsibilidade orçamentária. No entanto, persistem índices elevados de inadimplência, sobretudo entre adultos de baixa escolaridade, sugerindo que a tecnologia, isoladamente, não garante estabilidade financeira.

Em seguida em relação ao terceiro objetivo específico, voltado à análise das barreiras e potenciais distorções geradas pela digitalização, constatou-se que a infociação, a vulnerabilidade a fraudes eletrônicas e a exclusão digital são entraves significativos para a efetividade das tecnologias na educação financeira. Esses fatores demonstram que a mediação crítica e a formação continuada são condições indispensáveis para que o potencial emancipador da tecnologia se concretize.

Por fim, os resultados apontam para um paradoxo: ao mesmo tempo em que aplicativos, plataformas e conteúdos digitais contribuem para a disseminação de conhecimentos financeiros e fomentam práticas mais conscientes de consumo e poupança, eles também acentuam desigualdades preexistentes, especialmente entre os sujeitos mais vulneráveis à exclusão digital. Elementos como a infociação, o excesso de informações que confunde em vez de orientar, os

riscos de fraude cibernética e a dificuldade de interpretação crítica dos conteúdos emergem como barreiras significativas à efetividade das tecnologias educacionais no campo financeiro.

Dessa forma, a contribuição deste trabalho reside em demonstrar que a promoção da saúde financeira no contexto digital exige mais do que o simples acesso a tecnologias: é necessário investimento contínuo em letramento digital, políticas públicas de inclusão e abordagens pedagógicas que considerem a realidade dos diferentes grupos sociais. O estudo reforça a importância de uma mediação consciente entre o indivíduo e o conteúdo digital, evitando distorções de interpretação e exposição a riscos.

Este estudo apresenta contribuições relevantes em três dimensões. No campo acadêmico, preenche uma lacuna ao realizar uma análise comparativa entre gerações, integrando dados sobre jovens e adultos e examinando a tecnologia digital não apenas como ferramenta neutra, mas como mediadora de processos de emancipação financeira. No campo social, oferece subsídios para políticas públicas e práticas educacionais que aliem letramento digital e financeiro, considerando as desigualdades históricas de acesso e uso. No campo prático, fornece evidências empíricas que podem orientar instituições financeiras, organizações educacionais e gestores públicos na formulação de estratégias que aproveitem o potencial das tecnologias digitais para fomentar a autonomia e a saúde financeira da população.

A partir da experiência profissional no setor bancário e da perspectiva de gestor, reconhece-se que este trabalho não apenas aprofunda a compreensão sobre o papel da tecnologia digital na educação financeira, mas também reforça sua aplicabilidade prática no cotidiano das instituições. O estudo evidencia que a integração entre letramento financeiro e digital é estratégica para reduzir a inadimplência, ampliar a inclusão financeira e fortalecer a relação de confiança entre clientes e instituições.

Nesse sentido, recomenda-se que as empresas invistam em soluções tecnológicas acompanhadas de programas educativos contínuos; que as instituições de ensino incorporem, desde as etapas iniciais da formação, conteúdos que aliem finanças e competências digitais; e que a sociedade, de forma colaborativa, promova uma cultura de uso consciente da tecnologia, voltada para a autonomia e o bem-estar econômico coletivo.

Reconhece-se, contudo, que a pesquisa apresenta limitações quanto à abrangência amostral e à escassez de dados longitudinais que permitam avaliar os efeitos duradouros da adoção dessas tecnologias. Além disso, o enfoque se restringiu à análise de comportamentos em ambiente digital, não abordando de maneira mais profunda os impactos subjetivos e

culturais da transformação digital nas finanças pessoais.

### *5.1 Sugestões De Pesquisas Futuras*

Para pesquisas futuras, recomenda-se ampliar a investigação para públicos com menor acesso à internet, bem como integrar abordagens qualitativas que permitam explorar mais profundamente as percepções, resistências e experiências cotidianas dos usuários frente às ferramentas digitais de educação financeira. Ainda, seria pertinente examinar o papel das políticas públicas, da regulamentação tecnológica e da atuação das instituições financeiras nesse ecossistema de transformação digital.

## REFERÊNCIAS

- AJZEN, I. (1991). **The Theory of Planned Behavior**. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, 50(2), 179–211.
- ALMEIDA, C. R.; SILVA, P. H.+ **Impactos do consumo digital e do acesso facilitado ao crédito na geração millennial**. *Revista de Estudos Sociais Aplicados*, v. 12, n. 2, p. 145–162, 2020.
- ALMEIDA, F. J. (2021). **Inovação e exclusão: os limites da inclusão digital no Brasil**. São Paulo: Cortez.
- AMARAL, C. R.; POLETTO, M. **Educação financeira para crianças e adolescentes**. São Paulo: Ser Mais, 2016.
- AMARAL, R. F.; MONTEIRO, A. M. **Educação financeira e transformação digital: desafios pedagógicos no Brasil contemporâneo**. *Revista Educação & Sociedade*, v. 41, n. 152, p. 1-18, 2020.
- ARAÚJO, M. L., & Andrade, L. S. (2022). **Educação financeira e transformação social: experiências críticas com adultos**. *Revista Brasileira de Educação*, 27, e270089.
- ARIELY, D. **Previsivelmente irracional**. Rio de Janeiro: Campus, 2008. ARROYO, Miguel G. **Ofício de mestre: imagens e auto-imagens**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- ATKINSON, A.; MESSY, F. **Measuring financial literacy: results of the OECD/International Network on Financial Education (INFE) pilot study**. Paris: OECD, 2013.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Estatísticas de Canais de Acesso aos Serviços – 1º semestre de 2024**. Brasília: BCB, 2024. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/spbadendos?ano=2024>. Acesso em: 06 maio 2025.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Índice de Saúde Financeira do Brasileiro (I SFB)**. Brasília: BCB, 2021. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/saudefinanceira>. Acesso em: 04 jul. 2025.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. rev. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BATIZ-LAZO, B. **Cashless: A history of money and technology**. London: Routledge, 2021.
- BAUMAN, Z. **Vida para consumo: A transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

- BRASIL. Banco Central do Brasil. **Relatório de Cidadania Financeira 2024**. Brasília: BCB, 2024. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br>. Acesso em: 01 maio 2025.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 01 maio 2025.
- BODIE, Z.; KANE, A.; MARCUS, A. J. **Investimentos**. 9. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.
- CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura. v. 2: O poder da identidade**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade**. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- CASTELLS, Manuel. **Sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 2013.
- CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295–316.
- CHANEY, P. K.; IMMERZEEL, T.; ANDERSON, J. **Personal finance**. South Western Cengage Learning, 2011.
- CNDL. Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas. (2024). **Inadimplência atinge 67,54 milhões de consumidores em setembro, aponta CNDL/SPC Brasil**. Disponível em: <https://site.cndl.org.br/inadimplencia-atinge-6754-milhoes-de-consumidores-em-setembro-aponta-cndlspc-brasil/>. Acesso em 08 de dezembro de 2024. CNDL/SPC BRASIL. **Jovens da Geração Z e controle financeiro**. Brasília: CNDL, 2023. Disponível em: <https://cndl.org.br/politicaspublicas/47-dos-jovens-da-geracao-z-nao-realizam-o-controle-das-financas-aponta-pesquisa-cndl-spc-brasil/>. Acesso em 01 de Maio de 2025.
- CNDL; SPC BRASIL. **Relatório de Inadimplência e Educação Financeira**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.cndl.org.br/spc>. Acesso em: 01 maio 2025.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- CUNHA, M. I. (2014). **Educação e juventude: múltiplas leituras**. Educação & Sociedade, 35(129), 513-527.
- COSTA, D.; CUNHA, M. A.; MEIRELLES, F. S. **Transformações digitais e o futuro dos serviços financeiros**. Revista de Administração de Empresas, v. 60, n. 5, p. 379–392, 2020.

- DAMÁSIO, Antonio R. **O erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- DINIZ, E.; BIROCHI, R.; POZZEBON, M. **Triggers and barriers to financial inclusion: The use of ICT-based branchless banking in an Amazon county**. *Electronic Commerce Research and Applications*, v. 11, n. 5, p. 484-494, 2012. DINIZ, E.; POZZEBON, M.; JAYO, M. **Rethinking financial inclusion: A propositional framework**. *Information Technology for Development*, v. 19, n. 1, p. 1-17, 2013. DOMINGOS, Carla Regina. **Educação financeira digital: entre a formação crítica e a vulnerabilidade informacional**. *Cadernos de Educação Financeira e Tecnologia*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 33-47, 2021.
- DOMINGOS, Reinaldo. **Afinal, o que é Educação Financeira?** Cloud Coaching, 05 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.cloudcoaching.com.br/afinal-o-que-e-educacao-financeira/>>. Acesso em: 28 jun. 2025.
- DOMINGOS, Reinaldo Aparecido. **Educação Financeira: Uma Ciência Comportamental**. [s.l.]: FCU, 2012.
- DOMINGOS, Reinaldo. **O Menino do Dinheiro**. 1. ed. São Paulo: Gente, 2008. 136 p. ISBN 978-8573126082.
- DOMINGOS, Reinaldo. **Terapia Financeira**. 2. ed. São Paulo: DSOP, 2012.
- D'AMBRÓSIO, Ubiratan. **Educação Matemática: da teoria à prática**. Campinas: Papirus, 1996.
- FGV. **A importância da educação financeira digital na era dos aplicativos de bem-estar financeiro**. Blog Vorecol, 2023. Disponível em: [online]. Acesso em: 29 jun. 2025.
- FGV. **Desafios da educação financeira**. *GV-EXECUTIVO*, v. 17, n. 6, nov.–dez. 2018. Disponível em: repositórios da FGV. Acesso em: 28 jun. 2025 FGV. **Educação Financeira Digital: Como a tecnologia está transformando a gestão financeira pessoal**. Disponível em: <[https://www.fgv.br\(https://www.fgv.br\)](https://www.fgv.br(https://www.fgv.br))>. Acesso em: 20 dez. 2024.
- FREIRE, Adriana *et al.* **Inclusão digital e desigualdades sociais no Brasil**. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, Brasília, v. 10, n. 2, p. 45-62, 2020.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**.<sup>1</sup> São Paulo: Paz e Terra, 1996.<sup>2</sup>
- GABRIEL, Martha. **Educação na Era Digital: conceitos, estratégias e habilidades**. 2. ed. Barueri, SP: Atlas, 2023.

- GABRIEL, Martha. **Educar: A (R)evolução Digital na Educação**. São Paulo: Atlas, 2021.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GENTIL, D. L. **A política fiscal sob o regime de metas de inflação: uma análise crítica**. Brasília: Ipea, 2011.
- GIGLER, S.; BAILUR, S. **The role of ICT in financial inclusion and development: rhetoric versus reality**. In: World Bank Workshop, 2014.
- GITMAN, L. J.; JOEHNK, M. D. **Personal financial planning**. 12. ed. Mason: Cengage Learning, 2008.
- GITMAN, L. J.; ZUTTER, C. J. **Princípios de administração financeira**. 14. ed. São Paulo: Pearson, 2016.
- KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. 6. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.
- HALER, R. H. **Misbehaving: the making of behavioral economics**. New York: W.W. Norton & Company, 2015.
- HUSTON, S. **Measuring financial literacy**. *Journal of Consumer Affairs*, v. 44, n. 2, p. 296-316, 2010.
- IBGE. **Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2021**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br>>[<<https://www.ibge.gov.br>>]. Acesso em: 20 dez. 2024. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: módulo Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC Domicílios 2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **PNAD Contínua TIC 2023: Em 2023, 88,0% das pessoas com 10 anos ou mais utilizaram a internet**. Agência de Notícias IBGE, Rio de Janeiro, 25 abr. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41026-em-2023-87-2-das-pessoas-com-10-anos-ou-mais-utilizaram-internet>. Acesso em: 06 maio 2025.
- JENKINS, Henry *et al.* **Confronting the challenges of participatory culture: media education for the 21st century**. Cambridge, MA: MIT Press, 2009.

- KAHNEMAN, D. **Rápido e devagar: duas formas de pensar**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.
- KEMPSON, E. **Financial education and the financial action task force**. Paris: FATF, 2017.
- LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.
- LEVY, Pierre. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. São Paulo: Loyola, 2010.
- LIMA, R. S.; MARTINS, J. M. **A mensuração da saúde financeira como ferramenta de inclusão econômica**. *Revista de Economia e Desenvolvimento*, v. 22, n. 1, p. 89–103, 2023.
- LUSARDI, A. **Financial literacy: do people know the ABCs of finance?** *Public Understanding of Science*, v. 24, n. 3, p. 260-271, 2015. .
- LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S. **Financial literacy and planning: implications for retirement wellbeing**. NBER Working Paper, n. 17078, 2011.
- LUSARDI, Annamaria; MITCHELL, Olivia S. **The economic importance of financial literacy: theory and evidence**. *Journal of Economic Literature*, v. 52, n. 1, p. 5–44, mar. 2014.
- MANNHEIM, K. (1928). **O problema das gerações**. In: *Essays on the Sociology of Knowledge*.
- MARQUES, Claudia Lima. **Superendividamento no Brasil: da exclusão à reeducação financeira do consumidor**. In: MARQUES, Claudia Lima; BENJAMIN, Antonio Herman (Org.). *Comentários ao Código de Defesa do Consumidor*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021. p. 1205–1240.
- MARTINS, Carla S.; ARAÚJO, Luan P. **Educação financeira e inclusão social: reflexões sobre a BNCC e a prática na EJA**. *Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos*, v. 8, n. 15, p. 134–150, 2020.
- MEC. Ministério da Educação. **Programa Educação Financeira nas Escolas**. 2022. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/35987-educacao-financeira>>. Acesso em: 20 dez. 2024.
- MELO, João Vitor. **Desigualdade digital e exclusão tecnológica no Brasil**. *Revista Tecnológica*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 34-50, 2022.
- MEZIROW, J. (2000). **Learning as Transformation: Critical Perspectives on a Theory in Progress**. San Francisco: Jossey-Bass.
- MORAN, José Manuel. **Metodologias ativas para uma aprendizagem mais significativa**.

- In: BACICH, Lilian; MORAN, José Manuel (org.). *Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática*. Porto Alegre: Penso, 2015. p. 15–33.
- MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; UNESCO, 2000.
- OCDE. (2020). **International Survey of Adult Financial Literacy**. Paris: OECD Publishing.
- OECD. **Improving Financial Literacy: Analysis of Issues and Policies**. Paris: OECD Publishing, 2005.
- O'DONOGHUE, T.; RABIN, M. **Doing it now or later**. *American Economic Review*, v. 89, n. 1, p. 103-124, 1999.
- OLIVEIRA, A. F.; SILVA, J. R. **Literacia financeira digital: desafios e oportunidades no contexto da transformação digital dos serviços bancários**. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, v. 18, n. 45, p. 1–21, 2021. OLIVEIRA, D. S.; SILVA, R. A. **A importância da educação financeira no contexto socioeconômico atual**. *Revista Brasileira de Finanças e Educação*, v. 7, n. 1, p. 58–75, 2019.
- OLIVEIRA, Marcela R.; SILVA, João P. **Práticas educativas em educação financeira na EJA: saberes para a cidadania**. *Cadernos de Educação, Tecnologia e Sociedade*, v. 12, n. 4, p. 46–60, 2019.
- ONU. **Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Nova Iorque: ONU, 2015.
- ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Financial literacy and sustainable finance**. Paris: OECD, 2020. LEVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.
- PRADO, Gilson. **Educação financeira na era digital: desafios para a inclusão**. *Revista de Educação e Tecnologia*, v. 14, n. 3, p. 59-74, 2020.
- PRATES, L. F.; ROCHA, T. C. **Aplicativos de finanças pessoais como instrumentos de educação financeira: uma análise de sua eficácia no público jovem**. *Revista de Educação, Tecnologia e Sociedade*, v. 5, n. 1, p. 88–104, 2021.
- PRATES, P. M.; SILVA, M. A. **Tecnologia e inclusão financeira no Brasil: limites e potencialidades**. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 26, n. 1, p. 1-28, 2022. PRENSKY, M. (2001). **Digital Natives, Digital Immigrants**. *On the Horizon*, 9(5), 1–6.

PRODANOV, C. C.;

FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. rev. e ampl. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAMOS, L. P., & Fraga, M. L. (2020). **Adultos e tecnologias digitais: um olhar sobre resistências e possibilidades**. *Educar em Revista*, 36, e71987. RIBEIRO, T. M.; VELOSO, F. **Educação financeira no ambiente digital: um estudo com jovens adultos**. *Revista Brasileira de Educação Financeira*, v. 3, n. 1, p. 23–41, 2021.

SANTOS, B. S. (2006). **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez.

SANTOS, R., & ALMEIDA, J. **A construção do conhecimento financeiro antes e depois da revolução tecnológica**. *Revista de Educação Financeira*, nº 7 Edição 3, 2015, pág. 45-67.

SANTOS, Fabiana G.; MOURA, Danilo A. **Desafios da educação financeira na EJA: a formação docente e os limites institucionais**. *Revista Práxis Educacional*, v. 17, n. 45, p. 356–374, 2021.

SANTOS, Renata; GONÇALVES, Lucas. **Letramento digital e inclusão financeira: uma análise crítica**. *Revista Brasileira de Educação*, v. 26, n. 1, p. 123-138, 2021. SANTOS, G. H.; BARBOSA, L. P. **Personalização e inteligência artificial em aplicativos de finanças: tendências e desafios**. *Revista de Tecnologia e Sociedade*, v. 18, n. 3, p. 210–227, 2022.

SELWYN, Neil. **Educação e tecnologia: o que os professores devem saber**. Porto Alegre: Penso, 2011.

SELWYN, N. **Education and technology: Key issues and debates**. 2. ed. London: Bloomsbury Academic, 2012. Disponível em:

<[https://www.researchgate.net/publication/364165885\\_Neil\\_Selwyn\\_Education\\_and\\_technology\\_Key\\_issues\\_and\\_debates](https://www.researchgate.net/publication/364165885_Neil_Selwyn_Education_and_technology_Key_issues_and_debates)>. Acesso em 01 de maio de 2025. SELWYN, Neil;

FACER, Keri. **The politics of education and technology: conflicts, controversies, and connections**. New York: Palgrave Macmillan, 2013. SERASA. **Mapa da Inadimplência e Renegociação de Dívidas no Brasil**. São Paulo: Serasa Experian, 2025. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/limpa-nome-online/blog/mapa-da-inadimplencia-e-renego-ciacao-de-dividas-no-brasil/>. Acesso em: 01 maio 2025.

SERIDO, J., Shim, S., & Tang, C. (2013). **A developmental model of financial capability: A framework for promoting a successful transition to adulthood**. *International Journal of*

Behavioral Development, 37(4), 287–297.

SILVERSTONE, R. et al. **Technological innovation and everyday life**. London: Open University Press, 1992.

SPC BRASIL. **Endividamento no Brasil: Um estudo das faixas etárias e suas implicações financeiras**. Disponível em: <<https://www.spcbrasil.org.br>> . Acesso em: 20 dez. 2024.

SIEGEL, Jeremy J. **Ações para Investimentos de Longo Prazo**. Porto Alegre: Bookman, 2009.

SILVA, André Luiz da; ALMEIDA, Rodrigo de. **Educação financeira: um caminho para a cidadania**. *Revista Brasileira de Educação Financeira*, v. 3, n. 1, p. 45–60, 2020.

SILVA, Lúcia M.; ALMEIDA, Cláudia R. **Educação financeira como instrumento de inclusão: uma análise a partir da BNCC**. *Revista Educação & Sociedade*, v. 41, n. 151, p. 1–20, 2020.

SILVA, A. C.; AMORIM, F. R. **A educação financeira como instrumento de transformação social: um estudo de caso**. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, v. 7, n. 5, p. 34–50, 2020.

SILVEIRA, Rafael da Costa. **Desigualdade digital e exclusão financeira: desafios para a cidadania no século XXI**. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, Brasília, v. 10, n. 2, p. 102–118, 2020.

SILVERSTONE, Roger; HIRSCH, Eric; MORLEY, David (eds.). **Consuming technologies: media and information in domestic spaces**. London; New York: Routledge, 1992.

SCHERER, Simone. **Educação financeira como formação da subjetividade: um olhar crítico sobre práticas escolares**. *Revista Educação & Sociedade*, Campinas, v. 39, n. 142, 2018.

SCHWAB, Klaus. **A Quarta Revolução Industrial**. São Paulo: Edipro, 2016. SOUZA, Jéssica A.; MORAIS, Davi L. **Inclusão financeira, letramento digital e juventudes: desafios da educação básica na era das fintechs**. *Revista Eletrônica de Educação*, v. 15, n. 1, p. 234–251, 2021.

SOUZA, João; CARVALHO, Maria. **Inclusão digital e políticas públicas: desafios e perspectivas**. *Revista Brasileira de Tecnologia e Sociedade*, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 40-55, 2021.

SOUZA, M. F.; FERREIRA, T. P. **Investimentos digitais e comportamento financeiro**

**na era dos aplicativos: uma análise dos novos perfis de investidores.** *Revista Brasileira de Finanças e Comportamento*, v. 9, n. 1, p. 120– 138, 2023.

TEJADA, T. C.; SOUZA, A. L. **Educação financeira e cidadania: o papel do I-SFB na construção de decisões conscientes.** *Revista Brasileira de Finanças Públicas*, v. 4, n. 2, p. 112–129, 2022.

THALER, R. H.; SUNSTEIN, C. R. **Nudge: o empurrão para a escolha certa.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

TVERSKY, A.; KAHNEMAN, D. **Judgment under uncertainty: heuristics and biases.** *Science*, v. 185, n. 4157, p. 1124-1131, 1974.

ZUIN, A. A.; SILVA, A. L. G. **O pagamento instantâneo no Brasil: o Pix e seus efeitos nos comportamentos financeiros.** *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, v. 11, n. 1, p. 130-146, 2022.